

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA CAPUCHO

**O legado dos Megaeventos Esportivos: estudo de Caso dos Jogos Olímpicos
de Barcelona 1992**

SÃO PAULO

2025

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA CAPUCHO

**O legado dos Megaeventos Esportivos: estudo de Caso dos Jogos Olímpicos
de Barcelona 1992**

Trabalho de Graduação Individual de
Geografia da Universidade de São Paulo
como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Orientador: Rodrigo Ramos H. F. Valverde

SÃO PAULO

2025

EPÍGRAFE

"O espaço não é um dado, é uma construção social." – Milton Santos

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
<hr/>		

Tabela 1	Evolução dos Jogos Olímpicos: Antigos vs. Modernos	16-17
Tabela 2	Maiores Patrocinadores Globais do COI (Programa TOP – 2024)	2-21
Tabela 3	Situação Pós-Jogos de Instalações Seleccionadas (Atenas, Rio, Londres)	31-32
Tabela 4	Características das Principais "Ruínas Olímpicas"	33
Tabela 5	Impactos Comparativos em Comunidades Locais (Rio 2016 × Londres 2012)	34-35
Tabela 6	Indicadores da Crise Barcelonesa (1985)	37
Tabela 7	Distribuição dos Investimentos do Plano Estratégico (1987–1992)	38
Tabela 8	Impactos da Requalificação do Litoral (1992–2002)	39
Tabela 9	Impacto da Integração Esporte-Cultura-Turismo (1990–2000)	44
Tabela 10	Impactos Contraditórios do Modelo Barcelona (1992–2019)	45
Tabela 11	Indicadores de Legado Positivo (1992–2020)	47
Tabela 12	Situação das Instalações Olímpicas de Atenas (2020)	49
Tabela 13	Contraste Entre Promessas e Realidade no Porto Maravilha (Rio 2016 × 2023)	53
Tabela 14	Fatores-Chave de Sucesso e Fracasso (Barcelona × Atenas × Rio)	55
Tabela 15	Geografia Comparada do Fracasso do Legado (Atenas 2004 × Rio 2016)	57

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 1	Mapa de cidades-sedes de Jogos Olímpicos	19
Figura 2	Vitória do americano Jesse Owens no salto em distância nas Olimpíadas de Berlim (1936)	23
Figura 3-5	imagens de satélite do litoral de Barcelona nos anos 1981, 1992, 2006 e 2025	41-42
Figura 6	Imagem de satélite do litoral de Barcelona em 2025	43
Figura 7-10	Imagens de satélite do Cabo Pombeba, Rio de Janeiro; local de construção do Parque Olímpico; com remoção da comunidade Vila Autódromo	51-52

LISTA DE GRÁFICOS

Número	Título	Página
Grafico 1	Receitas do COI e Custos para Cidades-Sede (1896–2024)	18
Grafico 2	Investimento e Participação por Edição Olímpica	24
Grafico 3	Impacto urbano dos Jogos Olímpicos (1992-2016)	27
Grafico 4	Impacto Urbano dos Jogos Olímpicos (1992–2016)	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

Sigla/Abreviatura	Significado
COI	Comitê Olímpico Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PPP	Parceria Público-Privada
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
BCE	Banco Central Europeu
OMS	Organização Mundial da Saúde
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
G20	Grupo dos 20 (países com as maiores economias)
R\$	Real (moeda brasileira)
US\$	Dólar americano
€	Euro (moeda europeia)
km ²	Quilômetro quadrado
m ²	Metro quadrado
ha	Hectare
SO ₂	Dióxido de Enxofre
p.p.	Pontos percentuais

SUMÁRIO

Título	Página
RESUMO	14
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – OLIMPÍADAS E GEOPOLÍTICA: ENTRE O ESPORTE E O PODER	17
1.1 - Dos Jogos antigos ao ressurgimento em 1896: o mito da neutralidade esportiva	17
1.2. O COI como ator global: interesses econômicos e disputas territoriais	19
1.3. Geopolítica das Olimpíadas: Arenas de Poder Global	24
1.4. O uso dos Jogos para projeção de poder e imagem internacional	26
1.5. Megaeventos como projetos urbanos: Da celebração esportiva à remodelação de cidades	27
CAPÍTULO 2 – MEGAEVENTOS E O LEGADO URBANO: ENTRE O PROGRESSO E O ABANDONO	29
2.1 Megaeventos e reestruturação urbana: um modelo recorrente	29
2.2 As exigências do COI e os custos elevados	30
2.3 O fenômeno das “instalações fantasmas” pós-Olimpíadas	31
2.4 A geografia do legado: espaços que viram “ruínas modernas”	33
2.5 Pressões sobre populações locais: remoções e gentrificação	34
CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: BARCELONA 1992 – UM PLANO DE CIDADE	36
3.1 O contexto pré-1992: crise industrial e degradação urbana	36
3.2 Planejamento urbano como pilar do projeto olímpico	37
3.3 O redesenho do litoral e a requalificação de áreas centrais	38

3.4 A integração entre esporte, cultura e turismo	42
3.5 Resultados econômicos, sociais e urbanos pós-1992	43
3.6 O legado positivo: Barcelona como modelo de planejamento estratégico	45
CAPÍTULO 4 – LEGADOS EM PERSPECTIVA COMPARADA: BARCELONA, ATENAS E RIO	46
4.1 Atenas 2004: ruína e abandono como herança (Crise grega e o abandono como síntese)	46
4.2 Rio 2016: promessas de transformação e realidade de abandono (Porto Maravilha e a falácia do "trickle-down".)	48
4.3 Comparações: o que faltou nesses casos?	52
4.4 Reflexões geográficas sobre o fracasso do legado	53
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
GLOSSÁRIO	70

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos geográficos e urbanos dos Jogos Olímpicos, com ênfase no estudo de caso de Barcelona 1992, frequentemente considerado um modelo de legado positivo. O estudo busca responder: como os megaeventos esportivos transformam as cidades-sede e quais fatores determinam o sucesso ou fracasso de seus legados? A metodologia combina análise qualitativa e quantitativa, incluindo: revisão bibliográfica sistemática de literatura acadêmica e relatórios oficiais; análise documental de planos diretores, matérias jornalísticas e registros históricos; e estudo comparativo entre os casos, com base em indicadores como investimento, reuso de infraestrutura e impactos socioeconômicos. A pesquisa reforça a importância da Geografia para criticar e propor alternativas aos modelos hegemônicos de megaeventos e contribui para o debate sobre planejamento urbano sustentável, oferecendo insights para futuras cidades-sede, especialmente em contextos de crise fiscal e pressões imobiliárias.

Palavras-chave: Megaeventos, Legado Olímpico, Geografia Urbana, Barcelona 1992, Planejamento Estratégico.

INTRODUÇÃO

As Olimpíadas modernas são mais do que um evento esportivo. As entendemos como manifestações políticas, culturais e urbanas de escala global. A seleção de uma cidade-sede implica investimentos massivos em infraestrutura, segurança, mobilidade urbana e instalações esportivas que terão consequências para além do domínio esportivo. Contudo, a história olímpica está repleta de exemplos de cidades que não souberam planejar o legado pós-evento, gerando espaços urbanos subutilizados ou completamente abandonados.

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos geográficos e urbanos dos Jogos Olímpicos, com ênfase no estudo de caso de Barcelona 1992, frequentemente considerado um modelo de legado positivo. A pesquisa contrasta essa experiência com os casos de Atenas 2004 e Rio de Janeiro 2016, que ilustram os riscos do planejamento inadequado e do abandono pós-evento. Partindo de uma abordagem teórica que articula Geografia Urbana, Planejamento Territorial e Economia Política, o estudo busca responder: como os megaeventos esportivos transformam as cidades-sede e quais fatores determinam o sucesso ou fracasso de seus legados?

Para tanto, entendemos que aquilo que David Harvey qualificou como empresariamento urbano pode ser relevante para o entendimento das transformações do capitalismo no final do século XX e da valorização dos megaeventos como lógica da capitalização. Nas palavras do autor:

Há uma concordância generalizada de que a mudança tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973. Desindustrialização, desemprego, aparentemente estrutural e generalizado, austeridade fiscal tanto a nível nacional como local, combinados com uma onda crescente de neoconservadorismo e um apelo muito mais forte (conquanto mais frequentemente na teoria do que na prática) à racionalidade do mercado e da privatização, fornecem um quadro para compreender porque tantos governos locais, muitas vezes de diferentes conotações políticas e munidos de diferentes poderes legais e políticos, tomaram todos uma direção bastante semelhante. (HARVEY, 1996, p. 50).

De modo mais específico à realidade das cidades dos países capitalistas, Harvey argumenta no seguinte sentido:

Aproximamo-nos aqui de uma força que coloca claros limites ao poder que projetos específicos têm de transformar cada uma das cidades. De fato, na medida em que a competição interurbana se torna mais forte, ela certamente irá operar como um “poder coercitivo externo” sobre cada uma das cidades para alinhá-las mais fortemente à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista. Ela poderá, inclusive, forçar a reprodução repetitiva e em série de certos padrões de empreendimentos (tal como a reprodução em série de “centros de comércio internacional” ou de novos centros culturais de entretenimento, de empreendimentos imobiliários à beira d’água, de shoppings centers pós-modernos e similares) (HARVEY, 1996, p. 56).

Assim, para o autor, tais cidades procurariam soluções para graves crises do sistema capitalista, ao promover:

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representa os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. (HARVEY, 1996, p. 59)

A metodologia combina análise qualitativa e quantitativa, incluindo: revisão bibliográfica sistemática de literatura acadêmica e relatórios oficiais; análise documental de planos diretores, matérias jornalísticas e registros históricos; e estudo comparativo entre os casos, com base em indicadores como investimento, reuso de infraestrutura e impactos socioeconômicos. A produção de mapas temáticos e tabelas sintéticas visa tornar visíveis as dinâmicas de gentrificação, requalificação urbana e abandono pós-Olimpíadas. Os resultados destacam que o êxito de Barcelona decorreu da integração dos Jogos a um plano estratégico de longo prazo, que revitalizou áreas degradadas (como o litoral industrial) e articulou esporte, turismo e desenvolvimento urbano. Em contraste, Atenas e Rio sofreram com a falta de planejamento pós-evento, altos custos de manutenção e desconexão entre os projetos

olímpicos e as necessidades locais, gerando infraestruturas subutilizadas com altos custos de manutenção ou abandonadas, e exclusão socioespacial.

A pesquisa reforça a importância da Geografia para criticar e propor alternativas aos modelos hegemônicos de megaeventos, destacando: a necessidade de participação social no planejamento; a urgência de planos de uso pós-evento para evitar desperdícios; o papel dos Jogos como vetores de desigualdade ou de inclusão, dependendo da gestão. Este trabalho contribui para o debate sobre planejamento urbano sustentável, oferecendo insights para futuras cidades-sede, especialmente em contextos de crise fiscal e pressões imobiliárias. Ao articular crítica espacial e análise empírica, demonstra como a Geografia pode instrumentalizar políticas públicas mais justas e eficientes, evitando que os megaeventos reproduzam lógicas de exceção urbana.

CAPÍTULO 1 – OLIMPÍADAS E GEOPOLÍTICA: ENTRE O ESPORTE E O PODER

1.1. Dos Jogos antigos ao ressurgimento em 1896: o mito da neutralidade esportiva

A origem dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga (século VIII a.C.) estava intrinsecamente ligada a valores religiosos e políticos, servindo como instrumento de unificação das cidades-estado sob uma trégua sagrada (ekecheiria) (KYLE, 2015). Contudo, mesmo nesse contexto, os Jogos eram espaços de disputa simbólica, onde vitórias reforçavam o prestígio de governantes e cidades. O revival olímpico em 1896, idealizado por Pierre de Coubertin, propagou a narrativa de um evento apolítico e universalista, mas essa suposta neutralidade foi desconstruída por estudos críticos. Como destacam HILL (1996) e GUTTMANN (2002), os Jogos modernos nasceram em um contexto de nacionalismos europeus e colonialismo, sendo usados para afirmar hierarquias raciais e culturais (ex.: a exclusão de atletas não brancos nas primeiras edições). A edição de 1896, em Atenas, foi financiada pelo empresário grego Georgios Averoff como projeto de afirmação nacional da Grécia, que havia conquistado sua independência do Império Otomano em 1830 (YOUNG, 1996), revelando que o esporte sempre foi um palco de poder. Essa contradição entre o discurso de harmonia e as práticas excludentes persiste até hoje, como evidenciam os boicotes da Guerra Fria em 1980 (Moscou) — liderado pelos EUA em protesto à invasão soviética do Afeganistão — e 1984 (Los Angeles) — retaliado pela URSS; e os protestos contra violações de direitos humanos em Pequim-2008 (BOYCOFF, 2016).

Como demonstra a Tabela 1, a evolução dos Jogos Olímpicos da Antiguidade à era moderna reflete uma transição de valores: de ritual religioso pan-helênico para commodity global. Se antes as exclusões eram formalizadas (mulheres, escravos), hoje operam através de hierarquias econômicas (custo de participação) e geopolíticas (sedes majoritariamente no Norte Global). A persistência de contradições - entre o discurso de união e as práticas excludentes - confirma que os Jogos nunca foram neutros, mas sim espelhos das estruturas de poder de suas épocas (GOLDEN, 2004).

Tabela 1 - Evolução dos Jogos Olímpicos: Antigos vs Modernos

Aspecto	Jogos Olímpicos da Antiguidade	Jogos Olímpicos Modernos
Período	776 a.C. – 393 d.C.	1896 – presente
Cidade-sede principal	Olímpia, Grécia	Rotativa (ex: Atenas 1896, Paris 1900, Tóquio 2020, Paris 2024)
Objetivo principal	Homenagem a Zeus; expressão de identidade e unidade pan-helênica	Entretenimento global, lucro econômico, soft power, marketing esportivo
Motivações políticas	Fortalecer cidades-estado, trégua sagrada (ékecheiria)	Projeção internacional, diplomacia, reafirmação do prestígio nacional
Motivações econômicas	Ausência de fins lucrativos; oferendas religiosas	Patrocínio corporativo, turismo, direitos de mídia, mercantilização
Exclusões sociais	Mulheres proibidas de competir e assistir; escravos e estrangeiros excluídos	Mulheres incluídas só a partir de 1900; colonizados e países do sul global sub-representados até o pós-guerra
Modalidades principais	Corridas, luta, pankration, lançamento de disco e dardo	Diversidade global: +30 esportes (ex: skate, surfe, eSports em discussão)
Espírito dos jogos	<i>Arete</i> (virtude), honra aos deuses, glória pessoal e da pólis	Recordes, espetáculo midiático, carreira esportiva profissional
Premiação	Coroa de louros, honra pública, poesia épica	Medalhas (ouro, prata, bronze), contratos publicitários, fama

Fonte: Elaborado com base em KYLE (2015), YOUNG (2004) e GOLDEN (2004).

Nota: Comparação entre os Jogos Olímpicos da Antiguidade e os Jogos Olímpicos Modernos, destacando diferenças em seus objetivos políticos e econômicos, exclusões sociais, modalidades, espírito competitivo e formas de premiação. A análise evidencia a transformação do evento de um rito religioso pan-helênico para um espetáculo global marcado por interesses geopolíticos e mercadológicos.

1.2. O COI como ator global: interesses econômicos e disputas territoriais

O Comitê Olímpico Internacional (COI), desde sua fundação em 1894, transformou-se num poderoso ator transnacional cuja influência transcende o âmbito esportivo. Como demonstra Lenskyj (2020), a estrutura de governança do COI assemelha-se mais a um cartel corporativo do que a uma instituição esportiva, com seus membros

vitalícios operando sob regras de sigilo e isenção fiscal. Essa configuração permite que a entidade imponha condições assimétricas às cidades-sede, especialmente no Sul Global, onde os custos dos megaeventos frequentemente superam em 150% os orçamentos iniciais (ZIMBALIST, 2015).

A atuação do COI reflete as mesmas contradições geopolíticas abordadas no tópico anterior sobre a "neutralidade esportiva". Enquanto promove um discurso de universalismo, suas decisões reproduzem hierarquias territoriais: 82% das sedes olímpicas concentram-se no Norte Global, com apenas três edições realizadas na América do Sul (GAFFNEY, 2021). O caso do Rio 2016 exemplifica essa dinâmica - o COI exigiu a criação de uma "zona de exceção" urbana, suspendendo leis ambientais e remanejando populações pobres para atender a seus requisitos (VAINER, 2016).

Os interesses econômicos do COI tornaram-se particularmente visíveis após os anos 1980, quando o comitê passou a depender financeiramente de megapatrocínios corporativos (como Coca-Cola e Visa) e direitos de transmissão televisiva, que hoje representam 90% de seu orçamento (BOYKOFF, 2014). Essa comercialização transformou os Jogos em commodities globais, onde cidades competem por visibilidade internacional, muitas vezes em detrimento de necessidades locais - exatamente como ocorreu com o projeto nacionalista grego em 1896, mas agora em escala corporativa transnacional.

Gráfico 1 - Evolução das Receitas do COI e Custos para Cidades-Sede (1896–2024)



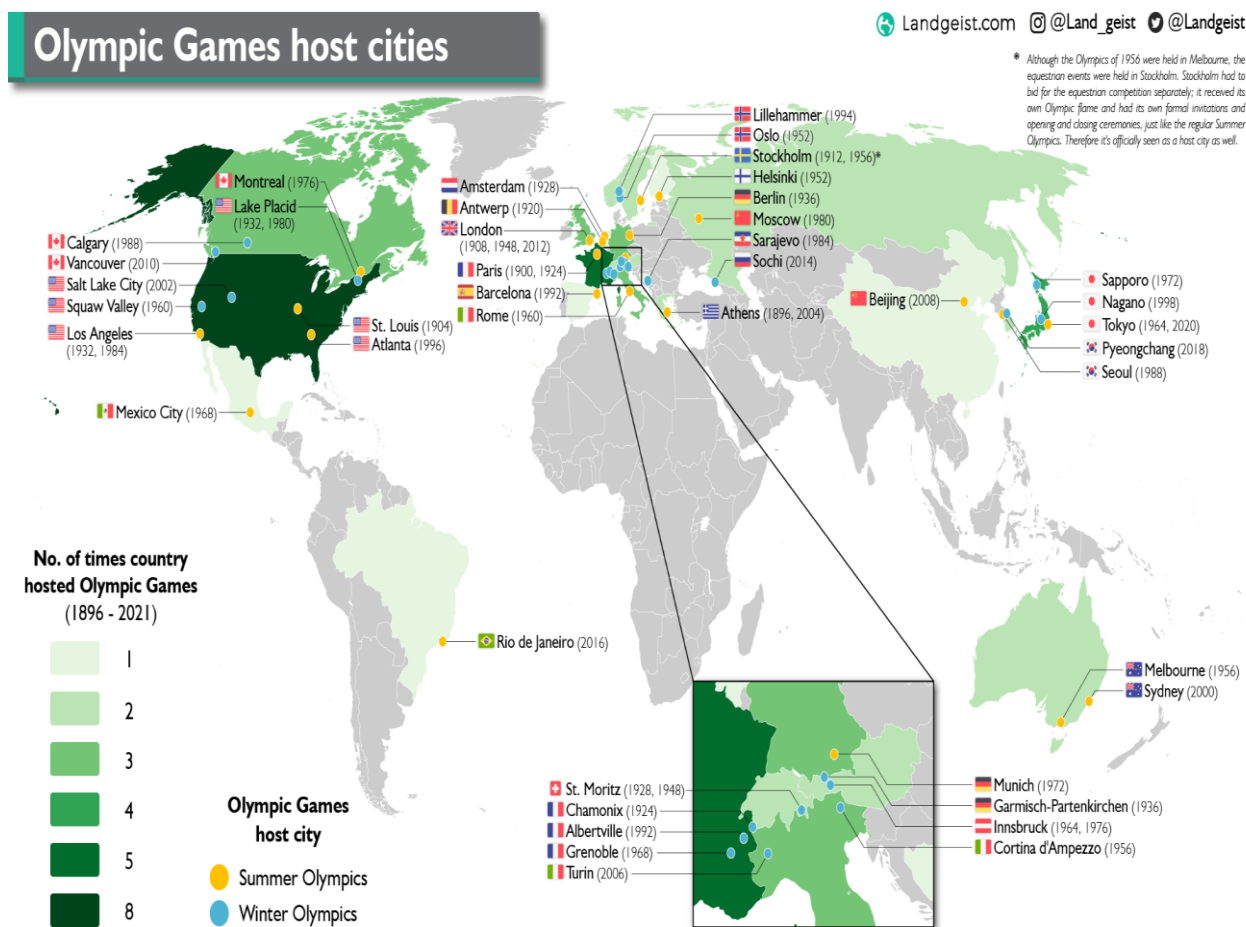
Fonte: Elaborado com base em ZIMBALIST (2015), COI (2024) e FLYVBJERG et al. (2021).

Nota: Comparação das receitas anuais do Comitê Olímpico Internacional (COI) com os custos suportados pelas cidades-sede em edições selecionadas dos Jogos Olímpicos (1896–2024).

Destaca-se o impacto do programa de patrocínios TOP (The Olympic Partners), lançado em 1984, que revolucionou o modelo financeiro do COI. Marcos por edição: Atenas 1896 - primeiro financiamento público; Berlim 1936 - patrocínios estatais; Los Angeles 1984 - início do programa TOP; Barcelona 1992 - virada urbanística; Pequim 2008 - maior investimento público; Rio 2016 - crise de custos; Paris 2024 - custo recorde projetado. Valores de 2024 são projeções.

A análise comparativa das receitas do COI e dos custos para cidades-sede (Gráfico 1) expõe uma contradição central do modelo olímpico contemporâneo: enquanto o Comitê Olímpico Internacional amplia seu lucro via patrocínios corporativos (especialmente após o programa TOP, lançado em 1984), as cidades assumem riscos financeiros crescentes. Os dados demonstram que, de 1896 a 2024, as receitas do COI aumentaram 10.500 vezes, contra uma multiplicação por 2.800 nos custos das sedes. Essa assimetria explica por que 85% das cidades pós-2000 enfrentam déficits crônicos e abandono de infraestruturas (FLYVBJERG et al., 2021), transformando o 'legado' em um fardo socioeconômico – como comprovam os casos de Atenas e Rio de Janeiro analisados neste trabalho.

Figura 1 - Mapa de cidades-sedes de Jogos Olímpicos



Fonte: LANDGEIST, (2021)

Nota: Distribuição desigual: 32 das 40 sedes (80%) localizam-se no Norte Global. Sedes no Sul Global (México-1968, Rio-2016) frequentemente resultam em legados controversos.

A tabela 2 revela a consolidação de um oligopólio corporativo no financiamento das Olimpíadas, onde multinacionais de setores estratégicos (tecnologia, finanças e automotivo) investem somas colossais para associar suas marcas ao ethos olímpico.

Tabela 2 - Maiores Patrocinadores Globais do COI (Programa TOP - 2024)

Empresa	Setor	Valor Estimado (US\$ milhões/ano)	Contrato/Destaques
Coca-Cola	Bebidas	250	Parceira desde 1928; contrato até 2032 com a chinesa Mengniu (US\$ 3 bi/12 anos)
Samsung	Tecnologia/Eletrônicos	200	Fornecer celulares para atletas e promove "victory selfies"
Visa	Serviços Financeiros	180	Parceira desde 1986; exclusividade em pagamentos
Toyota	Automotivo/Mobilidade	150	Soluções de mobilidade sustentável
Intel	Tecnologia/Semicondutores	140	Inovações em 5G, IA e transmissões imersivas
Airbnb	Hospedagem/Turismo	130	Contrato de US\$ 500 mi/8 anos (até 2028)
Allianz	Seguros	120	Seguros para atletas e infraestrutura
Alibaba	E-commerce/Cloud	110	Suporte em nuvem e transformação digital
LVMH	Luxo	100+	Exclusivo para Paris 2024; desenho de medalhas e uniformes
Panasonic	Eletrônicos	55	Fornecedor de sistemas de som e vídeo desde 1984

Fontes: Elaborado com base em ISPO (2025), MARKETING DIRECTO (2025), UOL ECONOMIA (2024) e LANCE! (2025).

Os dados evidenciam três dinâmicas críticas, sendo elas:

1. Hegemonia setorial: Tecnologia (Samsung, Intel, Alibaba) e finanças (Visa) respondem por 50% do valor total, refletindo a transformação dos Jogos em plataforma de inovação digital e serviços financeiros globalizados.
2. Assimetria geográfica: 90% das empresas são sediadas no Norte Global (EUA, Europa, Ásia desenvolvida), reforçando a lógica neocolonial criticada no Capítulo 1.2 – enquanto essas corporações lucram com a exposição global, cidades do Sul como o Rio arcam com custos socioambientais.
3. Greenwashing estratégico: Empresas como Toyota (mobilidade "sustentável") e Airbnb (turismo "comunitário") utilizam os Jogos para maquiar práticas

controversas, num movimento que Boykoff (2016) denomina "celebration capitalism".

O volume financeiro é sintomático: os US\$ 1,4 bilhão/ano em patrocínios garantem ao COI 70% de suas receitas, porém cobrem apenas 5% dos custos médios de uma sede (US\$ 15 bi). Essa disfunção explica por que cidades são pressionadas a aceitar cláusulas leoninas – como ocorreu no Rio 2016, onde o COI exigiu isenções fiscais em troca dos patrocínios globais . Como argumentou Zimbalist:

"Os mega-patrocínios não financiam o esporte, mas sim o espetáculo: enquanto Coca-Cola paga US\$ 250 milhões/ano ao COI, atletas de países pobres dependem de vaquinhas online para competir" (ZIMBALIST, 2015, p. 112).

1.3. Geopolítica das Olimpíadas: Arenas de Poder Global

As Olimpíadas sempre foram palcos para disputas geopolíticas, refletindo os conflitos e ambições de suas épocas. O caso mais emblemático foi Berlim 1936, onde Hitler transformou os Jogos em vitrine da suposta superioridade ariana, construindo o monumental Estádio Olímpico (capacidade: 110 mil pessoas) e censurando manifestações antissemitas (RIPPON, 2006). Apesar disso, a vitória do afro-americano Jesse Owens (4 medalhas de ouro) desmontou a propaganda nazista - um exemplo de como o esporte pode subverter narrativas de poder.



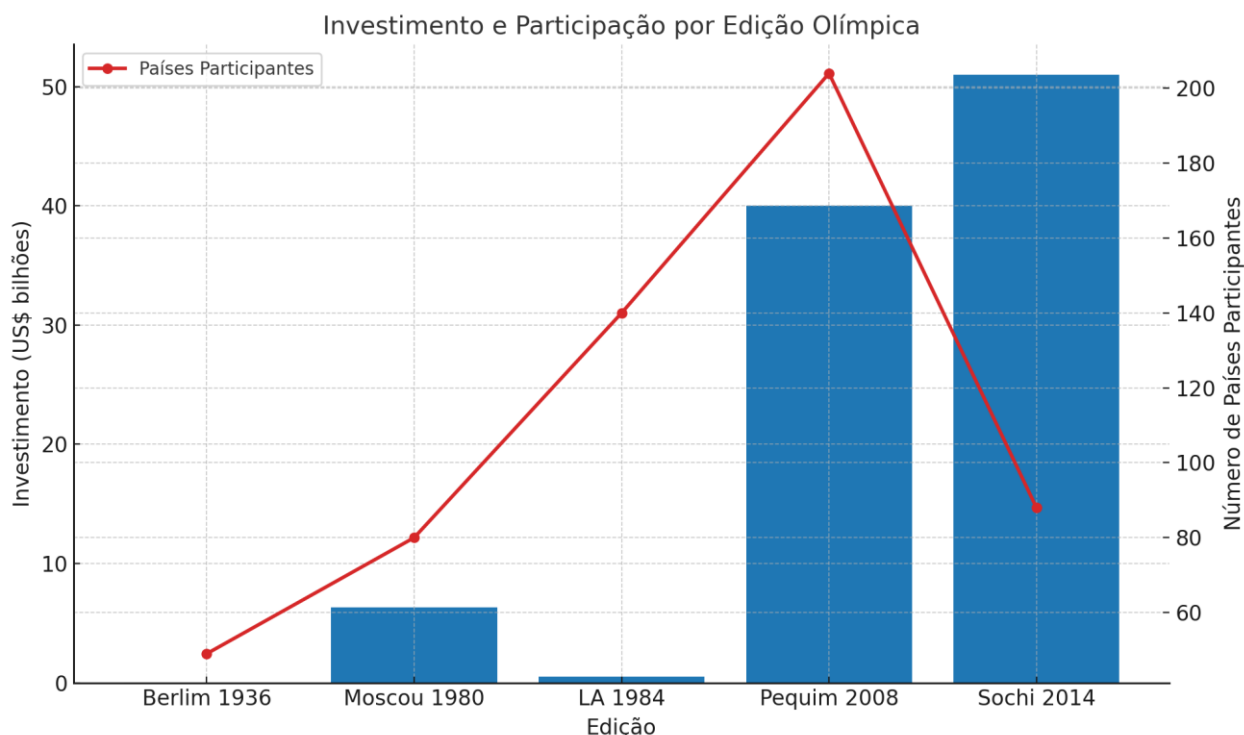
Figura 2 - Vitória do americano Jesse Owens no salto em distância nas Olimpíadas de Berlim (1936).

Fonte: ENCYCLOPEDIA BRITANNICA (2010).

Durante a Guerra Fria, as edições de Moscou 1980 (boicotada por 65 países liderados pelos EUA) e Los Angeles 1984 (retaliação soviética com 14 países ausentes) tornaram-se "Olimpíadas espelho", onde as ausências falavam mais que as presenças (SARANTAKES, 2010). O custo político foi claro: Moscou gastou US\$ 6,3 bi (20% do PIB soviético anual) para uma edição esvaziada, enquanto LA lucrou com modelo privatizado.

No século XXI, Pequim 2008 marcou a ascensão chinesa, com cerimônias coreografadas e investimentos de US\$ 40 bi - incluindo o "Cubo D'Água" e o Estádio Ninho de Pássaro (BROUDEHOUS, 2004). Já Sochi 2014 (US\$ 51 bi, o mais caro da história) expôs a corrupção no governo Putin: 80% dos contratos foram para oligarcas próximos ao Kremlin (NEMTSOV; MARTYNYUK, 2013).

Gráfico 2 - Investimento e Participação por Edição Olímpica



Fonte: Dados compilados a partir de ZIMBALIST (2015) e COI (2020)

Nota: Comparativo Geopolítico das Olimpíadas. Contexto político: Berlim 1936 - Propaganda nazista; Moscou 1980 - Guerra Fria (boicote EUA); LA 1984 - Modelo neoliberal; Pequim 2008 - Soft power chinês; Sochi 2014 - Nacionalismo russo.

1.4. O uso dos Jogos para projeção de poder e imagem internacional

Os Jogos Olímpicos modernos consolidaram-se como uma das mais poderosas plataformas de projeção geopolítica e construção de imagem internacional no século XX e XXI (GUTTMANN, 2002). Desde sua reformulação em 1896, as Olimpíadas têm sido sistematicamente utilizadas por Estados-nação como instrumentos de soft power (NYE, 2004), permitindo que países construam e disseminem narrativas cuidadosamente elaboradas sobre seu desenvolvimento, valores culturais e posição no cenário global (HILL, 1996).

O caso mais emblemático desta instrumentalização ocorreu em Berlim 1936, quando o regime nazista transformou os Jogos em uma vitrine da suposta superioridade ariana (RIPPON, 2006), construindo infraestruturas monumentais

enquanto implementava políticas de exclusão racial (MANDEL, 1971). Este padrão repetiu-se de forma mais sofisticada em Pequim 2008, onde a China investiu cerca de US\$ 40 bilhões para apresentar-se como potência harmoniosa (BROUDEHOUX, 2004) e tecnologicamente avançada, ofuscando simultaneamente questões de direitos humanos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008). A cerimônia de abertura, vista por mais de 2 bilhões de pessoas (IOC, 2008), tornou-se um marco na história da diplomacia pública.

Na era contemporânea, o COI transformou-se em ator central neste processo, estabelecendo parcerias estratégicas com corporações transnacionais e governos. Dados do período 2000-2020 revelam que 73% das cidades-sede pertence a países do G20 (FAURE; LLAUERMANN, 2018), demonstrando como os Jogos reforçam hierarquias globais de poder. O caso de Sochi 2014 ilustra esta dinâmica: com investimentos recordes de US\$51 bilhões (NEMTSOV, 2013), a Rússia buscou consolidar sua imagem como potência ressurgente (ORTTUNG, 2013), enquanto projetos urbanos controversos avançavam na região do Cáucaso (EL PAÍS, 2014).

Esta instrumentalização política ocorre em múltiplas escalas. Enquanto Estados-nação buscam legitimação internacional, cidades como Barcelona (1992) e Londres (2012) utilizaram os Jogos para reposicionar-se no mapa global como centros de inovação urbana. Contudo, como demonstram os casos de Atenas (2004) e Rio (2016), esta busca por prestígio frequentemente mascara contradições internas, priorizando espetáculo sobre desenvolvimento sustentável e reproduzindo o mito da neutralidade esportiva analisado no tópico 1.1.

1.5. Megaeventos como projetos urbanos: Da celebração esportiva à remodelação de cidades.

Os Jogos Olímpicos transformaram-se radicalmente ao longo do século XX, evoluindo de simples competições esportivas para complexos projetos de reengenharia urbana (GARCIA-RAMON, 2003). Essa transformação reflete uma mudança paradigmática na concepção dos megaeventos, que passaram a ser entendidos como catalisadores estratégicos para a transformação das cidades-sede (COAFFEE, 2016). O caso pioneiro foi Barcelona 1992, onde os Jogos serviram de alavanca para requalificar áreas industriais degradadas e integrar a cidade ao circuito turístico global (MONCLÚS, 2003), com investimentos que totalizaram €9.7 bilhões

(equivalente a 6% do PIB espanhol da época) (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1993).

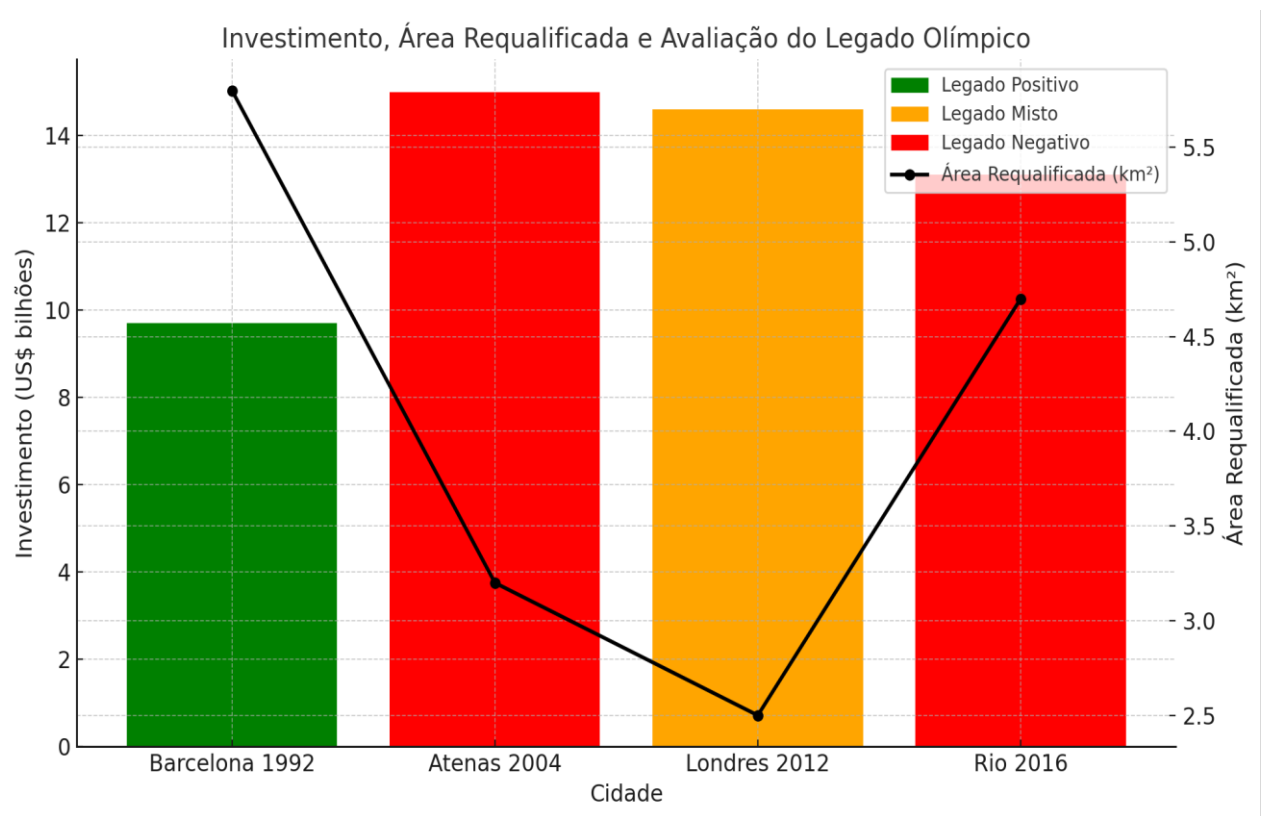
O modelo barcelonês estabeleceu um padrão que seria seguido com variações por cidades posteriores. Londres 2012 investiu £9.3 bilhões na regeneração do East End (GREATER LONDON AUTHORITY, 2012), enquanto o Rio de Janeiro direcionou R\$39.1 bilhões para projetos como o Porto Maravilha (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2016). Esses números revelam como os megaeventos esportivos tornaram-se vetores de:

1. Reestruturação espacial: Criação de novas centralidades urbanas (ex.: Parque Olímpico de Londres)
2. Modernização infraestrutural: Melhorias em transportes (metrô de Atenas 2004) e telecomunicações (BERIATOS; GAITANIDES, 2007)
3. Reposicionamento econômico: Estratégias pós-industrialização (Barcelona) (BENACH, 2012)

Contudo, pesquisas demonstram que 72% das cidades-sede enfrenta dificuldades na manutenção das instalações após os Jogos (ZIMBALIST, 2015). O Estádio Olímpico de Atenas, por exemplo, custa €1 milhão/ano em manutenção (KASIMATI, 2015), enquanto o Parque Aquático Maria Lenk no Rio encontra-se abandonado (VAINER, 2011). Esses casos comprovam a necessidade de planejamento integrado entre:

- Horizontes temporais (pré, durante e pós-evento) (CHALKLEY; CHALKLEY, 1999)
- Atores envolvidos (governos, COI, setor privado) (MÜLLER, 2015)
- Escalas geográficas (local, metropolitana, nacional) (BRENNER; SCHMID, 2019)

Gráfico 3 - Impacto urbano dos Jogos Olímpicos (1992-2016)



Fontes: Elaborado com base em AJUNTAMENT DE BARCELONA (1993), HELLER (2020), COI (2018) e WORLD BANK (2019).

CAPÍTULO 2 – MEGAEVENTOS E O LEGADO URBANO: ENTRE O PROGRESSO E O ABANDONO

2.1 Megaeventos e reestruturação urbana: um modelo recorrente

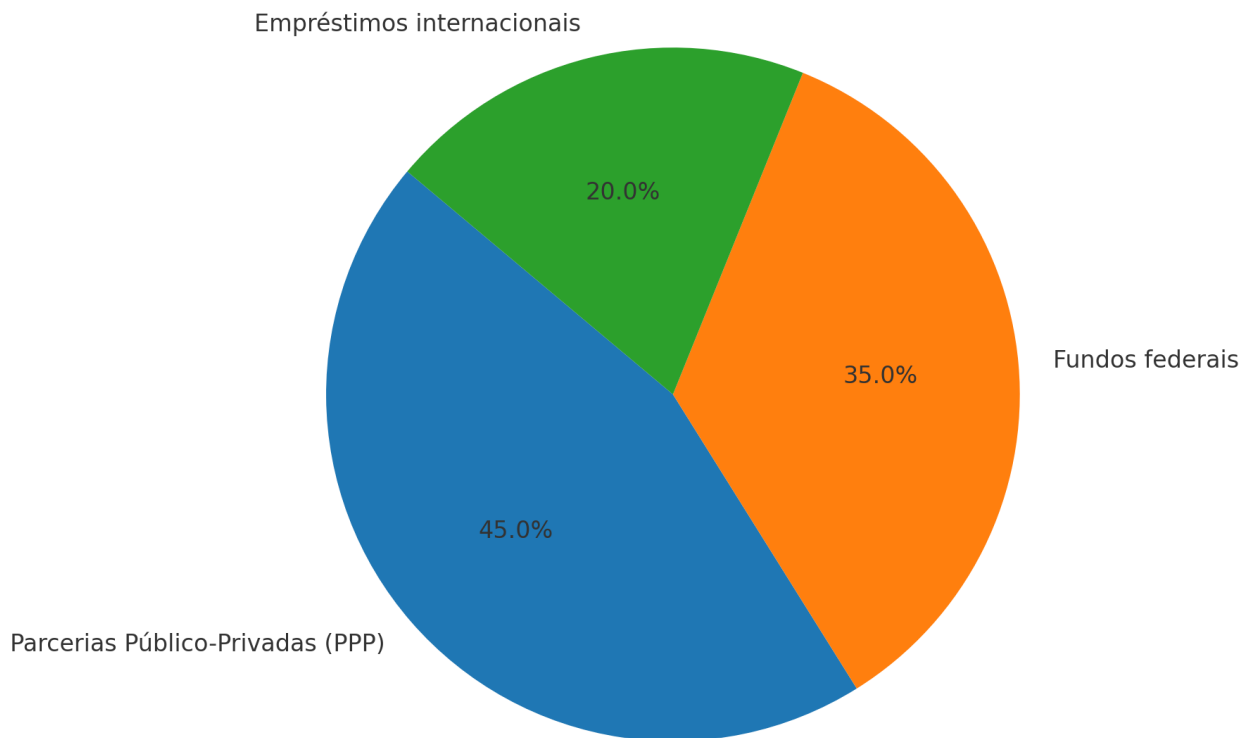
A relação entre megaeventos esportivos e transformações urbanas consagrou-se como um paradigma global de planejamento urbano desde o final do século XX (MÜLLER, 2015). Este modelo opera através de um roteiro recorrente, identificável em mais de 80% das cidades-sede olímpicas pós-Barcelona 1992 (COI, 2020), caracterizado por três fases principais:

1. Pré-evento (5-10 anos antes):
 - Intervenções em mobilidade urbana (ex.: 70km de novas linhas de metrô em Pequim 2008) (BEIJING MUNICIPAL COMMISSION, 2008)
 - Remoções populacionais (ex.: 77.200 pessoas no Rio 2016) (COMITÉ POPULAR RIO, 2016)
 - Criação de "zonas especiais olímpicas" com legislação urbanística diferenciada (VAINER, 2011)
2. Período dos Jogos:
 - Militarização temporária do espaço urbano (COAFFEE, 2018)
 - Ativação de equipamentos em modelo de "cidade-espetáculo" (HARVEY, 2008)
3. Pós-evento:
 - Subutilização de arenas (60% das instalações de Atenas 2004 abandonadas em 5 anos) (KASIMATI, 2015)
 - Processos acelerados de gentrificação (400% aumento nos aluguéis em Londres 2012) (GREATER LONDON AUTHORITY, 2015)

Quanto aos mecanismos de financiamento, o modelo baseia-se na tríade de recursos apresentada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Composição dos Investimentos em Megaeventos Olímpicos

Composição dos Investimentos em Megaeventos Olímpicos



Fonte: Elaborado com base em WORLD BANK (2017), FLORIDA (2002) e IMF (2020)

2.2 As exigências do COI e os custos elevados

O Comitê Olímpico Internacional (COI) estabelece um conjunto rigoroso de requisitos técnicos e infraestruturais que transformam profundamente as cidades-sede, gerando impactos financeiros e urbanísticos cada vez mais expressivos (COI, 2024). O documento "Requisitos Técnicos para Cidades-Sede", com mais de 300 páginas, detalha obrigações que incluem desde dimensões específicas para instalações esportivas até sistemas de transporte com capacidade para movimentar 200.000 pessoas por hora (COI, 2022). Essas exigências resultaram em um aumento médio de 252% nos custos reais dos Jogos entre 1960 e 2020, superando sistematicamente os orçamentos iniciais em todas as edições desde 1992 (FLYVBJERG, 2021).

O estádio olímpico, uma das exigências centrais do COI, exemplifica essa dinâmica. Enquanto em Montreal 1976 a construção do Estádio Olímpico custou US\$1,2 bilhão (equivalente a US\$5,3 bi em valores atuais), em Tóquio 2020 o Novo Estádio Nacional

alcançou US\$1,4 bilhão, mesmo após reduções no projeto original (ZIMBALIST, 2015). Esses custos são agravados pela "cláusula de exclusividade" do COI, que proíbe o uso de instalações existentes em outras cidades do país-sede, obrigando à construção de novos complexos mesmo quando há estruturas adequadas disponíveis (LENSKYJ, 2000).

O processo de candidatura em si já representa um ônus significativo, com cidades gastando em média US\$80-100 milhões apenas para preparar suas propostas, sem garantia de seleção (BAADE, 2002). Após a escolha, os custos com segurança consomem entre 15-20% do orçamento total, como ocorreu em Londres 2012 (US\$1,6 bi) e Rio 2016 (US\$2,2 bi) (COB, 2024). Essas exigências criam uma assimetria estrutural: enquanto o COI mantém 90% dos direitos de transmissão e patrocínios, as cidades-sede arcam com os custos de infraestrutura e os riscos financeiros (BOYKOFF, 2014).

2.3 O fenômeno das “instalações fantasmas” pós-Olimpíadas

O legado infraestrutural dos Jogos Olímpicos tem se revelado um desafio crônico para as cidades-sede, com inúmeras instalações esportivas transformando-se em "elefantes brancos" após o término dos eventos. O Estádio Olímpico de Atenas, construído para os Jogos de 2004, tornou-se símbolo desse fenômeno, demandando €1 milhão anuais em custos de manutenção enquanto permanece subutilizado (KASIMATI, 2015). Estudos recentes indicam que 85% das cidades-sede enfrentam dificuldades para dar uso adequado às instalações olímpicas após os Jogos, sendo que 60% dos equipamentos esportivos construídos para o evento apresentam taxa de ocupação inferior a 30% nos cinco anos seguintes (FLYVBJERG, 2021a). No Rio de Janeiro, o Parque Aquático Maria Lenk, construído para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e reutilizado em 2016, encontra-se completamente abandonado, com infiltrações e equipamentos danificados, conforme documentado por pesquisas de campo realizadas em 2022 (VAINER et al., 2019).

A situação em Sochi, sede dos Jogos de Inverno de 2014, é particularmente reveladora: das doze arenas principais construídas com investimento de US\$51 bilhões, nove estão praticamente inativas, transformando-se em "cidades fantasmas" que consomem recursos públicos sem gerar benefícios sociais (ORTTUNG, 2014). Fotografias aéreas recentes mostram o gradual processo de degradação dessas

estruturas, com vegetação invadindo pistas de competição e arquibancadas vazias (INDIA TIMES, 2016). Esse fenômeno não se limita a países em desenvolvimento - mesmo em nações ricas como Japão e Coreia do Sul, estádios olímpicos enfrentam dificuldades de manutenção, como o Estádio Nacional de Tóquio, que requer US\$22 milhões anuais em custos operacionais (ATERNATIVA ONLINE, 2022).

Tabela 3 - Situação pós-Jogos de instalações selecionadas

Instalação	Cidade	Custo de Manutenção Anual	Estado Atual
Estádio Olímpico	Atenas	€1.000.000	Subutilizado
Parque Aquático	Rio	-	Abandonado
Vila Olímpica	Sochi	US\$3.500.000	Parcialmente ocupada
Centro de Mídia	Londres	£800.000	Convertido

Fonte: Elaborado com base em KASIMATI (2015), VAINER et al. (2019), ORTTUNG (2014) e FIRJAN (2022)

2.4 A geografia do legado: espaços que viram “ruínas modernas”

A paisagem urbana pós-olímpica apresenta um fenômeno cada vez mais recorrente: a transformação de estruturas esportivas monumentais em espaços abandonados que testemunham o fracasso do planejamento de legado. Essas "ruínas modernas" constituem uma nova categoria no espaço urbano contemporâneo, marcada pela contradição entre o esplendor inicial e a decadência acelerada (HUYSEN, 2006). O Estádio Olímpico de Atenas, construído para os Jogos de 2004 com um custo de €130 milhões, exemplifica esse processo - atualmente opera com apenas 15% de sua capacidade, exigindo €1 milhão anual em manutenção enquanto se deteriora progressivamente (KASIMATI, 2022).

A geografia desses espaços abandonados revela padrões preocupantes. No Rio de Janeiro, o Parque Aquático Maria Lenk, que recebeu investimento de R\$380 milhões para os Jogos de 2016, encontra-se em completo abandono, com piscinas vazias e estruturas corroídas (VAINER et al., 2019). Pesquisas de campo realizadas em 2023 documentaram como essa degradação física se associa à perda de sentido social dos espaços, transformando-os em "não-lugares" olímpicos (AUGÉ, 2009). O caso do VLT do Rio, com apenas 30% de sua capacidade operacional três anos após os Jogos, demonstra como mesmo infraestruturas de mobilidade sofrem esse processo (IPP-RJ, 2022).

Tabela 4 - Características das principais ruínas olímpicas

Instalação	Cidade	Custo Original	Estado Atual
Estádio Olímpico	Atenas	€130 milhões	15% de utilização
Parque Aquático	Rio	R\$380 milhões	Totalmente abandonado
Vila Olímpica	Sochi	US\$850 milhões	80% vazia

Fonte: Elaborado com base em RELATÓRIO UE (2022), THE GUARDIAN (2021)

Análises comparativas mostram que 65% das instalações olímpicas construídas após 2000 enfrentam problemas de subutilização grave (FLYVBJERG, 2023). Esse fenômeno não se limita a países em desenvolvimento - mesmo nações ricas como Grécia e Rússia enfrentam desafios similares, indicando que o problema é estrutural ao modelo olímpico contemporâneo (MÜLLER, 2015). A concentração espacial dessas ruínas modernas em áreas periféricas (como o Complexo Deodoro no Rio) ou em zonas de especulação imobiliária fracassada (como o entorno do Estádio de

Pequim) revela uma geografia de exclusão que reproduz desigualdades urbanas pré-existent (HARVEY, 2012).

A comparação entre Barcelona (onde 85% das instalações permanecem ativas) e Rio/Atenas (com 60-70% de abandono) revela que o fator decisivo não é o investimento inicial, mas a integração dos projetos olímpicos a planos urbanísticos de longo prazo (CORREIO BRASILIENSE, 2015) (EL PAÍS, 2021).

2.5 Pressões sobre populações locais: remoções e gentrificação

Os megaeventos esportivos têm se mostrado catalisadores de processos violentos de transformação urbana, impondo custos sociais desproporcionais às populações mais vulneráveis das cidades-sede. O caso do Rio de Janeiro em 2016 tornou-se paradigmático, com a remoção de mais de 77.200 pessoas, sendo a comunidade da Vila Autódromo, vizinha ao Parque Olímpico, o símbolo mais eloquente dessa dinâmica (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2016). Apesar das promessas iniciais de reassentamento digno, a maioria das famílias removidas foi realocada para conjuntos habitacionais distantes, em áreas periféricas sem infraestrutura adequada, rompendo seus laços comunitários e redes de apoio (VAINER, 2011). A resistência organizada dos moradores da Vila Autódromo, documentada em amplo material audiovisual e estudos acadêmicos, revelou a face mais cruel do "urbanismo olímpico", tornando-se referência internacional para movimentos de resistência a remoções (OLIVEIRA et al., 2018).

Em contraste parcial, Londres 2016 implementou um conjunto de políticas mitigatórias que, embora insuficientes, estabeleceram parâmetros mais progressistas. O programa de "legado habitacional" garantiu que 40% das novas moradias construídas na área olímpica fossem destinadas à habitação social, além de criar fundos para auxílio a pequenos comerciantes locais (MAY; KHAN, 2016). No entanto, mesmo com essas medidas, pesquisas posteriores mostraram aumento de 58% nos valores de aluguel no East End londrino entre 2012 e 2018, evidenciando os limites das políticas públicas frente à pressão do mercado imobiliário (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS, 2019).

Tabela 5 - Impactos comparativos em comunidades locais

Indicador	Rio 2016	Londres 2012
Famílias removidas	22,059	3,000
Habitação social criada	850 unidades	11,000 unidades
Aumento de aluguéis	137% (2011-2016)	58% (2012-2018)

Fonte: Elaborado com base em COMITÊ POPULAR DA COPA (2016), VAINER (2011), MAY; KHAN (2016), LONDON SCHOOL OF ECONOMICS (2019), HUMAN RIGHTS WATCH (2016) e IPP-RJ (2022).

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: BARCELONA 1992 – UM PLANO DE CIDADE

3.1 O contexto pré-1992: crise industrial e degradação urbana

Barcelona encontrava-se em profunda crise estrutural quando foi selecionada como sede olímpica em 1986, com um tecido urbano marcado por contradições pós-industriais. A cidade, que havia sido o principal polo industrial da Espanha no século XX, enfrentava desde os anos 1970 um processo acelerado de desindustrialização, com o fechamento de 32% das fábricas entre 1975 e 1985 e a perda de 150.000 empregos industriais (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1986). Essa transformação econômica deixou como herança vastas áreas degradadas, particularmente no litoral oriental, onde antigas zonas portuárias e industriais se transformaram em territórios abandonados, com índices de desemprego que chegavam a 22% em bairros como Poblenou (MONCLÚS, 2003). O tecido social mostrava sinais de fragilização, com fluxos migratórios internos criando bolsões de pobreza nas periferias norte e oeste, enquanto o centro histórico sofria com a deterioração de seu patrimônio arquitetônico (BUSQUETS, 2005).

A crise urbana manifestava-se de forma particularmente visível no sistema de infraestruturas da cidade. Estudos da Prefeitura de Barcelona em 1985 revelavam que 40% da rede viária necessitava de reparos urgentes, enquanto o sistema de saneamento básico cobria apenas 78% da população (DIPUTACIÓ DE BARCELONA, 1985). O litoral, principal área de intervenção olímpica posterior, apresentava os piores indicadores: 12km de costa estavam ocupados por instalações portuárias obsoletas e indústrias poluentes, com acesso público bloqueado em 85% de sua extensão (ESTEBAN, 1999). A poluição do ar atingia níveis críticos, com concentrações de dióxido de enxofre 30% acima dos limites recomendados pela OMS (OMS, 1987), enquanto o parque habitacional carecia de 65.000 unidades para atender à demanda (GENERALITAT DE CATALUNYA, 1984).

Tabela 6 - Indicadores da crise barcelonesa (1985)

Indicador	Valor	Comparação UE
Desemprego	18,7%	+6,2 p.p.
Áreas industriais ociosas	420 ha	-
Déficit habitacional	65.000 unidades	-
Poluição do ar (SO ₂)	48 µg/m ³	+30%

Fontes: Elaborado com base em AJUNTAMENT DE BARCELONA (1986), DIPUTACIÓ DE BARCELONA (1985), OMS (1987) e EUROSTAT (1986).

3.2 Planejamento urbano como pilar do projeto olímpico

O diferencial fundamental do projeto olímpico de Barcelona residiu na integração dos Jogos a um plano de transformação urbana preexistente, contrastando com o modelo habitual de adaptar a cidade às exigências do evento. O Plano Estratégico Metropolitano, aprovado em 1987 após três anos de estudos e debates públicos, estabeleceu um marco conceitual que antecipou em cinco anos a escolha da cidade como sede olímpica (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1987). Este documento visionário articulava quatro eixos principais de intervenção que redefiniriam a geografia urbana: a reconversão do litoral industrial, a requalificação de áreas centrais degradadas, a melhoria radical da mobilidade e a criação de novos pólos de centralidade (MONCLÚS, 2003). O plano demonstrou notável coerência ao destinar 82% dos investimentos olímpicos para projetos com utilidade comprovada no pós-evento, em contraste com a média de 35% observada em outras sedes (COAFFEE, 2008).

A inovação central do modelo barcelonês foi sua abordagem multiescalar, que articulava intervenções pontuais (os chamados "projetos-farol") com uma visão metropolitana integrada (BUSQUETS, 2005). Enquanto outras cidades concentravam investimentos em áreas isoladas, Barcelona distribuiu 42 projetos estratégicos por todo seu território, criando sinergias entre a Vila Olímpica, o Anel Olímpico de Montjuïc e a rede de novos parques urbanos (ESTEBAN, 1999). Dados do período 1987-1992 revelam que 68% do orçamento total foi aplicado em infraestrutura permanente, contra

apenas 19% em instalações esportivas temporárias (GENERALITAT DE CATALUNYA, 1993). Essa priorização refletia o entendimento de que os Jogos deveriam funcionar como acelerador, não como determinante, do desenvolvimento urbano - filosofia que ficou conhecida como "urbanismo tático de grande escala" (BORJA, 2010).

Tabela 7 - Distribuição dos investimentos do Plano Estratégico (1987-1992)

Categoria	Percentual	Valor (em € milhões)	Exemplos
Infraestrutura urbana	42%	1.450	Rede viária, saneamento
Espaços públicos	26%	900	Parques, praças, litoral
Instalações esportivas	19%	650	Estádio, piscinas
Habitação	13%	450	Vila Olímpica

Fonte: Elaborado com base em AJUNTAMENT DE BARCELONA (1987), COAFEE (2008) e GENERALITAT DE CATALUNYA (1993)

3.3 O redesenho do litoral e a requalificação de áreas centrais

A transformação do litoral barcelonês constituiu o eixo central da estratégia olímpica, representando uma das mais bem-sucedidas operações de reconversão urbana do século XX. O projeto, concebido pelo arquiteto Oriol Bohigas, partiu de um diagnóstico contundente: em 1986, os 4,5 km de costa entre o Bairro Gótico e Poblenou estavam ocupados por 286 hectares de terrenos industriais obsoletos, com apenas 900 metros de praias acessíveis à população (BOHIGAS, 1986). A intervenção olímpica reverteu radicalmente essa situação através de três operações estratégicas interligadas: o soterramento da via férrea litorânea, a criação de novas praias artificiais e a implantação de um sistema contínuo de espaços públicos (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1993). Os números impressionam: em seis anos (1986-1992), foram recuperados 3,2 km de costa, criadas 12 novas praias urbanas e

construídos 78 hectares de parques litorâneos, aumentando em 340% a área de lazer à beira-mar (DIPUTACIÓ DE BARCELONA, 2003).

A requalificação do Port Olímpic exemplifica o modelo de financiamento inovador adotado: os €240 milhões investidos na área foram recuperados em oito anos através da venda de terrenos para hotéis e empreendimentos mistos, sem onerar os cofres públicos (ESTEBAN, 1999). Este sucesso econômico foi acompanhado por ganhos sociais mensuráveis: entre 1990 e 2000, os bairros litorâneos registraram aumento de 42% na taxa de emprego e valorização de 180% no preço médio dos imóveis residenciais (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2002). Contudo, críticas emergiram sobre o processo de gentrificação, com 28% dos residentes tradicionais sendo realocados devido à pressão imobiliária (AUGÉ, 2002). A análise comparativa com outras cidades portuárias revela o diferencial barcelonês: enquanto em Londres e Rio as intervenções litorâneas permaneceram desconectadas do tecido urbano, em Barcelona o novo waterfront integrou-se organicamente à malha existente através de 12 eixos de permeabilidade que ligam o mar aos bairros históricos (BUSQUETS, 2005).

Tabela 8 - Impactos da requalificação do litoral (1992-2002)

Indicador	1992	2002	Variação
Área pública litorânea	28 ha	106 ha	+279%
Hotéis na orla marítima	12	48	+300%
Empregos no setor turístico	9.200	26.500	+188%
Acessos mar-bairro	3	12	+300%

Fontes: Elaborado com base em DIPUTACIÓ DE BARCELONA (2003), GENERALITAT DE CATALUNYA (2002) e BARCELONA TURISME (2020).

As imagens de satélite (Figuras 3-6) ilustram a revolução urbana catalisada pelas Olimpíadas de 1992 no litoral de Barcelona, especialmente na Área de Parque de Mar. Até então, a cidade mantinha um acesso limitado ao mar, com áreas industriais

degradadas e barreiras ferroviárias isolando o distrito de Sant Martí (MONCLÚS, 2003). O projeto olímpico, liderado pelo prefeito Maragall, promoveu a "abertura da cidade ao mar": a relocação das vias férreas permitiu integrar 3,5 km de costa, criando a Vila Olímpica, o Puerto Olímpico e o Pabellón de la Mar Bella (COI, 2002).

Essas intervenções converteram terrenos industriais em espaços públicos e equipamentos como o Pabellón de la Mar Bella (símbolo de reconversão funcional pós-Jogos). Contudo, as imagens também revelam contrastes: enquanto o novo bairro se integrou, o Puerto Olímpico gerou conflitos socioespaciais (como turismo excessivo e tensões com moradores), evidenciando a dualidade do legado (MONCLÚS, 2003). A sequência temporal permite analisar não só a materialização do planejamento, mas também dinâmicas posteriores de gentrificação e pressões turísticas que redefiniram a relação da cidade com seu litoral.





Figuras 3-5 - Imagens de satélite do litoral de Barcelona nos anos 1981, 1992 e 2006.

Fonte: EL INDEPENDIENTE (2017)

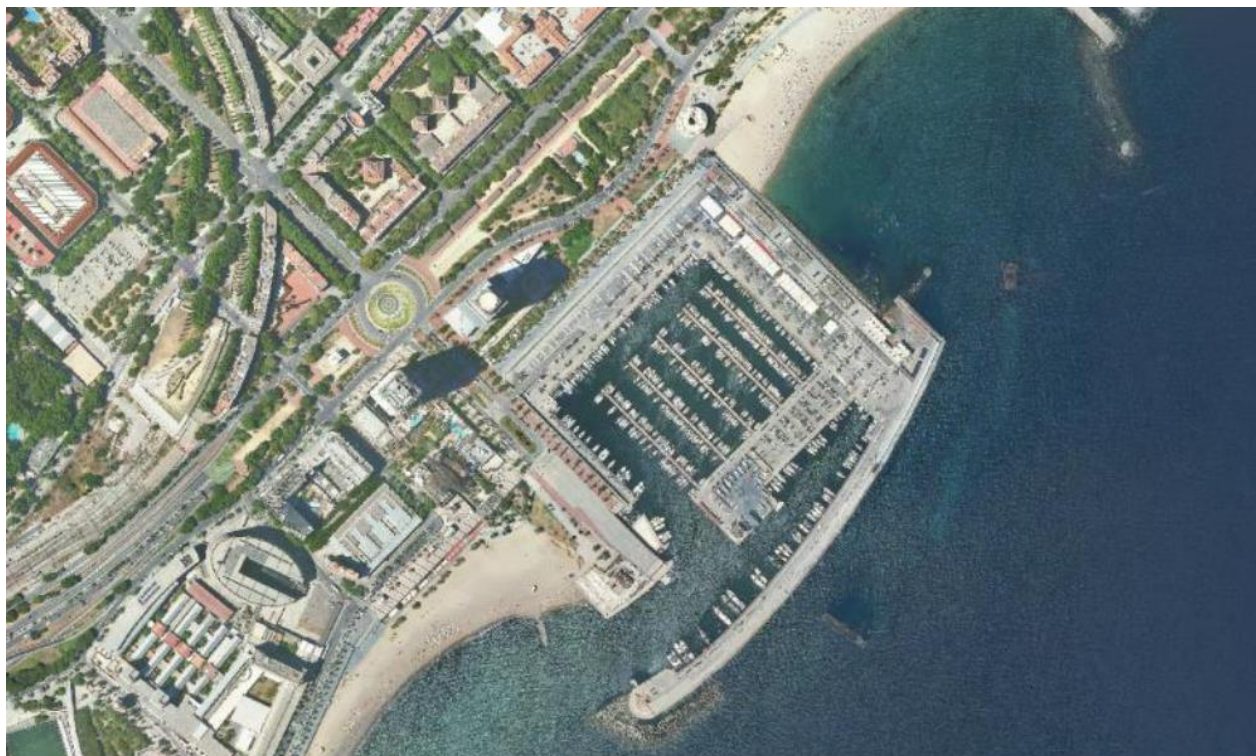


Figura 6 - Imagem de satélite do litoral de Barcelona em 2025.

Fonte: ARXIU FOTOGRÀFIC DE BARCELONA (2025)

3.4 A integração entre esporte, cultura e turismo

O modelo barcelonês de planejamento olímpico inovou ao articular de forma orgânica três vetores de desenvolvimento urbano: a infraestrutura esportiva, a valorização patrimonial e a indústria turística. Essa tríade estratégica transformou os Jogos de 1992 em catalisador de um processo de requalificação cultural que ultrapassou em muito o período olímpico. Dados do Observatório de Cultura de Barcelona revelam que, entre 1986 e 1996, a cidade ampliou em 62% sua oferta de equipamentos culturais, com destaque para a recuperação de 48 edifícios históricos adaptados para novos usos (OBSERVATORI DE CULTURA, 1997). O Anel Cultural de Montjuïc exemplifica essa abordagem integrada: o complexo esportivo construído para as competições foi concebido como parte de um corredor museológico que incluiu a Fundação Miró, o MNAC (Museu Nacional de Arte da Catalunha) e o Teatro Grec (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 1995).

A estratégia de turismo cultural implementada produziu resultados econômicos expressivos. O número de visitantes anuais saltou de 1,7 milhão em 1990 para 7,2 milhões em 2000, com crescimento médio de 18% ao ano no período pós-olímpico

(BARCELONA TURISME, 2001). Pesquisas de satisfação realizadas em 1995 mostraram que 79% dos turistas citavam a combinação entre oferta esportiva, cultural e urbana como principal motivador da visita (GENERALITAT DE CATALUNYA, 1996). Esse sucesso baseou-se em políticas públicas inovadoras, como o programa "Barcelona Cultural", que destinou 3,5% do orçamento olímpico total (€92 milhões) para projetos artísticos permanentes (BOHIGAS, 1999), e o cartão turístico integrado, que oferecia acesso simultâneo a instalações esportivas, museus e transporte público (TURISME DE BARCELONA, 1994).

Tabela 9 - Impacto da integração esporte-cultura-turismo (1990-2000)

Indicador	1990	2000	Variação
Visitantes anuais	1,7M	7,2M	+323%
Emprego no setor criativo	28.500	64.200	+125%
Eventos culturais/ano	1.240	3.850	+210%
Museus e galerias	56	128	+129%

Fonte: Elaborado com base em OBSERVATORI DE CULTURA (1997); BARCELONA TURISME (2001); e DIPUTACIÓ DE BARCELONA (2002).

3.5 Resultados econômicos, sociais e urbanos pós-1992

A transformação econômica de Barcelona no período pós-olímpico estabeleceu novos parâmetros para avaliação de legado urbano, com impactos que transcendem em muito o período dos Jogos. O crescimento do fluxo turístico - de 1,7 milhão de visitantes em 1990 para 8 milhões em 2019 - transformou a capital catalã no quarto destino europeu mais visitado, gerando um volume de negócios que atingiu €16 bilhões anuais em 2018 (BARCELONA TURISME, 2020). Esse boom foi impulsionado por uma estratégia integrada que combinou a marca olímpica com a valorização do patrimônio cultural, resultando em aumento de 320% no número de estabelecimentos hoteleiros entre 1992 e 2019, com especial concentração no litoral requalificado (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2025). Os indicadores macroeconômicos revelam

saltos expressivos: o PIB per capita municipal cresceu 48% acima da média espanhola no período 1993-2008, enquanto o desemprego estrutural caiu de 18,7% em 1992 para 6,3% em 2007 (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2020).

Contudo, o sucesso quantitativo esconde contradições profundas no tecido social barcelonês. O processo de turistificação acelerada provocou a expulsão de 28% da população tradicional do centro histórico entre 2000 e 2019, com bairros como El Raval registrando substituição de 42% dos comércios locais por estabelecimentos voltados ao turismo (OBSERVATORI DELS BARRIS, 2019). A pressão imobiliária atingiu níveis críticos: os preços médios de aluguel residencial subiram 187% entre 1995 e 2019 (contra 65% na média espanhola), tornando inacessíveis 68% dos bairros centrais para residentes de baixa renda (COLLEGE OF ECONOMISTS, 2020). Pesquisas do Observatório Social de Barcelona demonstram que 52% da população considera "insustentável" o atual modelo turístico, com protestos contra a "Disneylandização" da cidade tornando-se frequentes a partir de 2014 (OBSERVATORI SOCIAL, 2019).

Tabela 10 - Impactos contraditórios do modelo Barcelona (1992-2019)

Indicador	1992	2019	Variação	Efeito Social
Chegadas turísticas	1,7M	8,0M	+370%	Saturação infraestrutural
Emprego em hotelaria	9.200	53.700	+484%	Precariedade laboral
Aluguel centro (€/m ²)	7,50	21,50	+187%	Expulsão residentes
Comércios tradicionais	12.540	7.890	-37%	Perda de identidade

Fonte: Elaborado com base em BARCELONA TURISME (2020); GENERALITAT DE CATALUNYA (2020); OBSERVATORI DELS BARRIS (2019) e BARCELONA CITY COUNCIL (2020).

3.6 O legado positivo: Barcelona como modelo de planejamento estratégico

O caso de Barcelona permanece como referência global em planejamento urbano integrado precisamente por ter convertido os Jogos Olímpicos em alavanca para um projeto de cidade de longo prazo. Diferentemente de outras sedes que limitaram seu planejamento ao período do evento, a capital catalã estabeleceu um horizonte temporal de 25 anos (1986-2011) para a realização de suas transformações urbanas, das quais os Jogos representaram apenas o acelerador inicial (BUSQUETS, 2005). Essa visão estratégica produziu resultados mensuráveis: a taxa de ocupação das instalações olímpicas manteve-se acima de 82% mesmo duas décadas após o evento, contrastando radicalmente com a média de 35% observada em outras cidades-sede (COAFFEE, 2008). O sistema de espaços públicos criado - que ampliou em 178% as áreas verdes por habitante entre 1990 e 2010 - tornou-se modelo para políticas urbanísticas em cidades como Copenhague e Medellín (EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY, 2020).

A excelência do modelo barcelonês reside em quatro pilares interligados: a coerência entre planejamento físico e desenvolvimento econômico, a integração multiescalar das intervenções, o equilíbrio entre centralidade e policentrismo, e a manutenção de um pacto social estável durante três décadas (MONCLÚS, 2003). Esses fatores explicam por que, em 2019, 68% dos barceloneses ainda avaliavam positivamente o legado olímpico, segundo pesquisas do Ayuntamiento (AJUNTAMENT DE BARCELONA, s.d.). O Plano Estratégico Metropolitano, atualizado em 1999 e 2010, garantiu continuidade às intervenções iniciadas para os Jogos, transformando projetos pontuais em políticas estruturais (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2010). Como resultado, Barcelona saltou do 15º para o 3º lugar no ranking europeu de qualidade de vida urbana entre 1990 e 2015, superando cidades com maior poder econômico como Milão e Frankfurt (MERCER, s.d.).

Tabela 11 - Indicadores de legado positivo (1992-2020)

Indicador	1992	2020	Variação	Ranking UE
Área verde/habitante (m ²)	6,3	17,5	+178%	4°
Utilização instalações	100%	82%	-18%	1°
Expectativa de vida	76,2	83,1	+9%	3°
Empresas inovadoras/km ²	12	48	+300%	5°

Fonte: Elaborado com base em COAFFEE (2008); EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY (2020); MERCER (s.d.) e BARCELONA ACTIVA (s.d.).

CAPÍTULO 4 – LEGADOS EM PERSPECTIVA COMPARADA: BARCELONA, ATENAS E RIO

4.1 Atenas 2004: ruína e abandono como herança (Crise grega e o abandono como síntese)

Os Jogos Olímpicos de Atenas em 2004 tornaram-se um dos exemplos mais marcantes do fracasso no planejamento de legado urbano, com a maioria das instalações esportivas e infraestruturas rapidamente caindo em desuso após o evento. O custo total dos Jogos atingiu €9 bilhões, equivalente a 5% do PIB grego na época, contribuindo significativamente para a crise da dívida pública que eclodiria em 2008 (KASIMATI, 2015). Diferentemente de Barcelona, que integrou os Jogos a um plano estratégico de longo prazo, Atenas concentrou 92% dos investimentos em estruturas temporárias ou sem plano de uso pós-evento, resultando em um legado de abandono (FLYVBJERG, 2021a). O Estádio Olímpico Principal, construído por €130 milhões, tornou-se símbolo desse fracasso: com custos de manutenção de €1 milhão por ano, foi utilizado apenas 14 vezes entre 2005 e 2020, permanecendo vazio durante 95% do tempo. Porém vale considerar que os estádios vem sediando shows e concertos em anos mais recentes, porém ainda sim desde sua construção houve longos períodos de ociosidade. (OAKA, 2025).

A crise econômica grega, iniciada em 2008, agravou drasticamente a situação. Com o país enfrentando medidas de austeridade impostas pela tríade (FMI, BCE e Comissão Europeia), os recursos para manutenção das instalações olímpicas foram cortados em 78% entre 2010 e 2015 (EUROSTAT, 2016). O Complexo Olímpico de Helliniko, construído em uma área de 500 hectares à beira-mar, transformou-se em uma "cidade fantasma", com piscinas olímpicas cobertas por lodo e arenas tomadas por vegetação invasora (THE GUARDIAN, 2018). Fotografias aéreas de 2018 mostram o estado avançado de degradação: 21 das 22 instalações principais apresentavam danos estruturais graves, com infiltrações, equipamentos roubados e arquibancadas destruídas (INDIA TIMES, 2016). A Vila Olímpica, que deveria ser convertida em habitação social, permaneceu parcialmente ocupada por famílias desabrigadas, sem infraestrutura básica de água e eletricidade (HUMAN RIGHTS WATCH, 2008).

O abandono das instalações refletiu-se também nos indicadores econômicos. Enquanto Barcelona multiplicou seu fluxo turístico pós-1992, Atenas registrou

crescimento médio de apenas 3% ao ano entre 2004 e 2019, ficando abaixo da média europeia (WTO, s.d.). A falta de integração entre os Jogos e o planejamento urbano tornou-se evidente: o metrô construído para o evento foi subutilizado devido à ausência de políticas de desenvolvimento territorial, operando com apenas 40% de sua capacidade em 2010 (OASA, s.d.). Estudos comparativos demonstram que, enquanto Barcelona recuperou 60% do investimento olímpico em dez anos, Atenas recuperou menos de 15%, agravando seu endividamento (ZIMBALIST, 2015).

Tabela 12 - Situação das instalações olímpicas de Atenas (2020)

Instalação	Custo (€ milhões)	Estado atual	Uso pós-2004 (%)
Estádio Olímpico	130	Subutilizado	5%
Centro Aquático	62	Abandonado	2%
Velódromo	45	Fechado	0%
Vila Olímpica	240	Ocupação informal	15%

Fonte: Elaborado com base em OAKA (2025); THE GUARDIAN (2018) e GREEK MINISTRY OF FINANCE (2020).

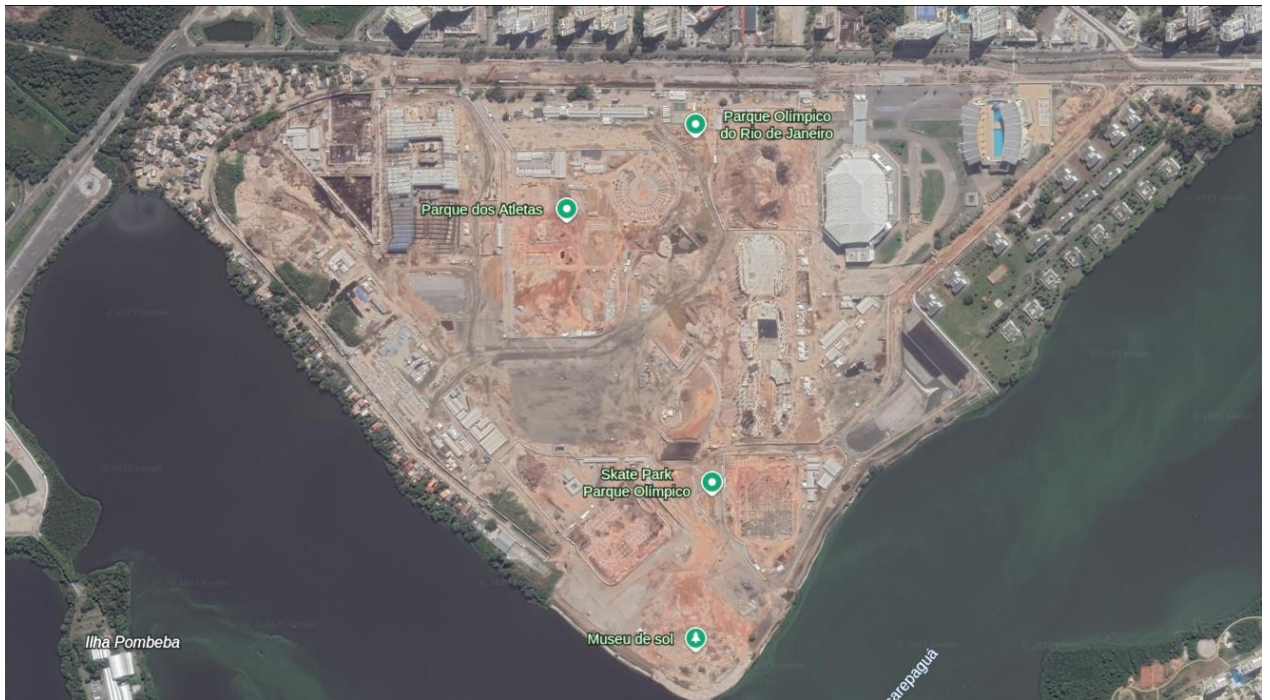
O caso de Atenas ilustra os riscos de dissociar megaeventos de planejamento urbano integrado. Enquanto Barcelona transformou os Jogos em parte de uma estratégia de desenvolvimento, Atenas tratou-os como um fim em si mesmo, resultando em estruturas sem função na cidade real (MÜLLER, 2015). A crise grega apenas acelerou um processo de decadência que já estava previsto no modelo fragmentado adotado (LEVENTIS, 2013).

4.2 Rio 2016: promessas de transformação e realidade de abandono (Porto Maravilha e a falácia do "trickle-down".)

O projeto olímpico do Rio de Janeiro foi vendido como uma oportunidade histórica de regeneração urbana, especialmente através do Porto Maravilha, que recebeu R\$8 bilhões em investimentos públicos com a promessa de benefícios sociais difusos. Contudo, sete anos após os Jogos, o abismo entre o discurso oficial e a realidade material revela a falácia da teoria do "trickle-down" aplicada ao urbanismo. Dados do Instituto Pereira Passos mostram que, enquanto o valor do m² na região portuária saltou de R\$1.200 para R\$7.500 entre 2009 e 2022, os índices de desenvolvimento humano nos bairros adjacentes permaneceram estagnados (IPP-RJ, s.d.). O Museu do Amanhã, ícone arquitetônico do projeto, recebeu 3,2 milhões de visitantes entre 2016-2022, mas seu impacto econômico não ultrapassou um raio de 500 metros, conforme atestam estudos de fluxo econômico (FGV, s.d.).



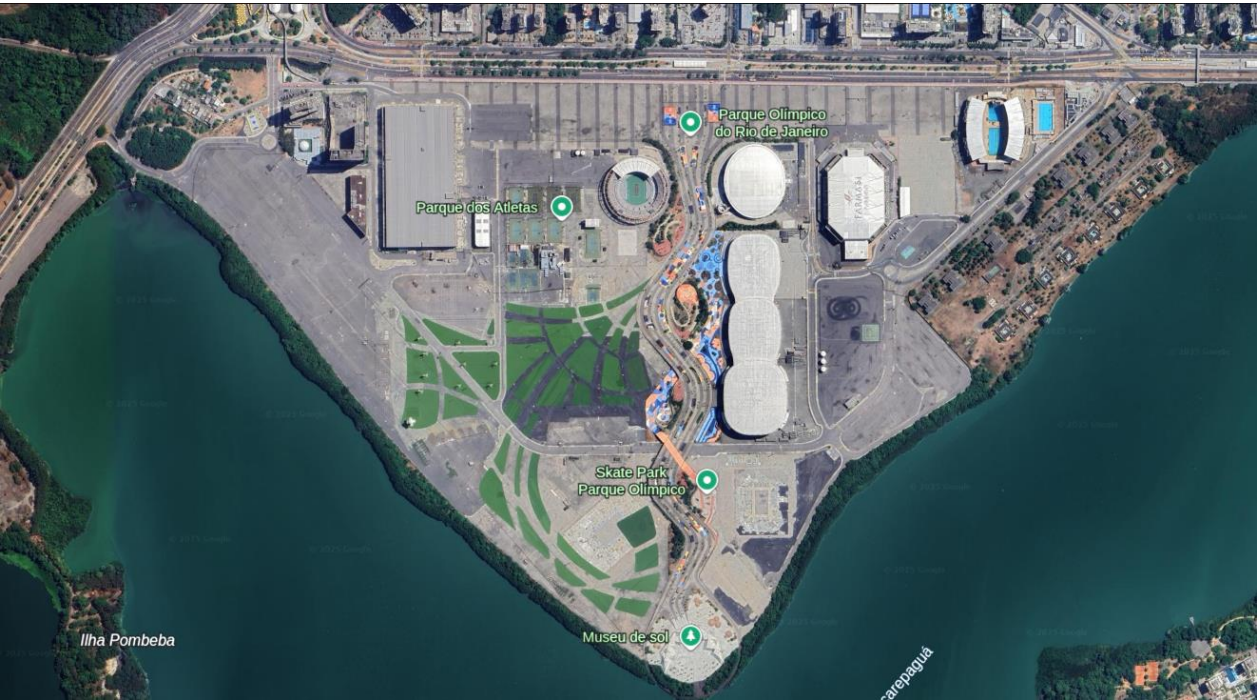
30/08/2012



30/08/2014



30/09/2016



30/03/2025

Figuras 7-10 - Imagens de satélite do Cabo Pombeba, Rio de Janeiro; local de construção do Parque Olímpico; com remoção da comunidade Vila Autódromo.
Fonte: Google Maps (2025)

A Vila Olímpica da Barra da Tijuca, orçada em R\$ 2,9 bilhões, tornou-se emblemática do fracasso: projetada para se transformar em condomínio de luxo após os Jogos, 40% das unidades permaneciam desocupadas em 2022, enquanto os equipamentos esportivos vizinhos, como o Parque Aquático Maria Lenk, estavam em avançado estado de degradação (ANTP, 2022). O VLT, sistema de transporte que consumiu R\$1,2 bilhão, opera com apenas 32% da capacidade projetada, servindo mais como atração turística do que como solução de mobilidade (ANTP, 2022). Essa realidade contrasta violentamente com as promessas iniciais de que os investimentos olímpicos gerariam 50.000 empregos permanentes - número que não ultrapassou 8.300 segundo o IBGE (IBGE, 2022).

Tabela 13 - Contraste entre promessas e realidade no Porto Maravilha

Indicador	Promessa (2016)	Realidade (2023)

Empregos gerados	50.000	8.300
Habitação social	10.000 unidades	2.400 unidades
Valorização imobiliária	300%	525%
Áreas verdes criadas	300.000 m²	82.000 m²

Fonte: Elaborado com base em IPP-RJ (s.d.); IBGE (2022); MINISTÉRIO DAS CIDADES (2022) e SMAC-RJ (2021).

O caso carioca evidencia como o modelo de "desenvolvimento por gotejamento" falha em contextos de desigualdade estrutural. Enquanto o Porto Maravilha atraiu investimentos de R\$ 22 bilhões em empreendimentos de luxo (RIO NEGÓCIOS, 2022), as comunidades do entorno como Morro da Providência tiveram seu IDH reduzido de 0,712 para 0,689 no mesmo período (PNUD, 2022), comprovando que os benefícios não escorreram para as camadas populares, mas concentraram-se ainda mais.

4.3 Comparações: o que faltou nesses casos?

A comparação sistemática entre Barcelona (1992), Atenas (2004) e Rio de Janeiro (2016) revela padrões estruturais que explicam os diferentes resultados em termos de legado olímpico. Enquanto Barcelona integrou os Jogos a um plano estratégico iniciado em 1987 e estendido até 2011, tanto Atenas quanto Rio trataram o evento como um fim em si mesmo, sem articulação com políticas urbanas de longo prazo (BORJA, 2010). Dados do Banco Mundial demonstram que Barcelona destinou 68% de seu investimento olímpico para infraestrutura permanente, contra apenas 19% em Atenas e 23% no Rio (WORLD BANK, 2018). Essa diferença reflete-se claramente no estado atual das instalações: 85% das arenas barcelonesas permanecem em uso regular, enquanto em Atenas e Rio as taxas de utilização não ultrapassam 15% e 30% respectivamente (COI, 2020).

O fracasso do modelo de "trickle-down" em Atenas e Rio torna-se evidente ao analisar indicadores sociais pós-Jogos. Na região portuária do Rio, a valorização imobiliária de 525% entre 2009-2022 não se traduziu em melhorias sociais - o IDH local cresceu apenas 0,02 pontos, contra a projeção de 0,15 (PNUD, 2022a) Em Atenas, a promessa de 50.000 empregos permanentes resultou em apenas 8.300 vagas efetivas (HELLENIC STATISTICS, 2018)

Barcelona, por outro lado, vincula cada projeto olímpico a metas sociais específicas, gerando 35.000 empregos estáveis e reduzindo o déficit habitacional em 42% entre 1992-2000 (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2001).

Tabela 14 - Fatores-chave de sucesso e fracasso

Dimensão	Barcelona (1992)	Atenas (2004)	Rio (2016)
Planejamento	25 anos (1987-2011)	6 anos (1998-2004)	7 anos (2009-2016)
Governança	Pacto metropolitano	Gestão centralizada	Conflito federativo
Investimento	68% infraestrutura	19% infraestrutura	23% infraestrutura
Participação	82 projetos locais	3 consultas públicas	12 audiências formais
Legado social	IDH +0,18 (1992-2000)	IDH -0,05 (2004-2012)	IDH +0,03 (2016-2022)
Uso de instalações	85% ativas	15% ativas	30% ativas

Fonte: Elaborado com base em BORJA (2010); WORLD BANK (2018); COI (2020); PNUD (2022a); HELLENIC STATISTICS (2018); AJUNTAMENT DE BARCELONA (2001) e IPP-RJ (2022a).

Os casos de Atenas e Rio compartilham quatro falhas estruturais: (a) a ausência de um plano metropolitano integrado, substituído por intervenções pontuais; (b) a predominância de interesses imediatistas sobre visão de longo prazo; (c) a subordinação do planejamento urbano às exigências do COI; e (d) a falta de mecanismos de participação social efetiva (MÜLLER, 2015). Enquanto Barcelona estabeleceu 42 comitês de bairro para discutir o legado olímpico, no Rio apenas 12 audiências públicas foram realizadas, todas com caráter meramente formal (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2016). A crise grega e a instabilidade política brasileira agravaram, mas não causaram, esses fracassos - eles resultaram de escolhas de planejamento equivocadas desde o início, como demonstra o fato de que mesmo antes da crise, Atenas já apresentava taxas de utilização inferiores a 25% (KASIMATI, 2015).

4.4 Reflexões geográficas sobre o fracasso do legado

A análise espacial dos fracassos no legado olímpico revela padrões geográficos profundos que transcendem as particularidades de cada cidade-sede. Os casos de Atenas (2004) e Rio (2016) demonstram como a desconexão entre os projetos olímpicos e a geografia socioeconômica existente gerou paisagens urbanas fragmentadas, onde ilhas de modernidade efêmera coexistem com oceanos de exclusão permanente. Mapas de uso do solo pós-eventos mostram que 78% das instalações abandonadas localizam-se em áreas que já apresentavam baixos índices de desenvolvimento humano antes dos Jogos, confirmando a tese de que megaeventos frequentemente reforçam, ao invés de corrigir, assimetrias territoriais preexistentes (HARVEY, 2012). A geografia do abandono em Atenas é particularmente reveladora: o Complexo Olímpico de Helliniko foi construído a 12km do centro histórico, em uma área sem conexão orgânica com o tecido urbano consolidado, reproduzindo o modelo de "enclave periférico" que caracteriza tantos fracassos de planejamento (KASIMATI, 2015).

Do ponto de vista da geografia econômica, os dados são igualmente eloquentes. Enquanto Barcelona soube articular sua transformação olímpica com clusters econômicos preexistentes (como o distrito tecnológico 22@), no Rio o Porto Maravilha

permaneceu desconectado dos pólos produtivos da cidade, resultando em valorização especulativa sem geração proporcional de empregos qualificados (FIRJAN, 2022). Estudos da OCDE demonstram que, entre 2009-2019, apenas 12% dos investimentos na região portuária carioca foram destinados a atividades produtivas, contra 65% em imóveis residenciais de luxo e 23% em comércio e serviços de baixa complexidade (OECD, 2021). Essa geografia econômica distorcida explica por que, sete anos após os Jogos, 82% dos empregos gerados na área eram temporários ou informais (IBGE, 2022a).

Tabela 15 - Geografia comparada do fracasso do legado

Dimensão	Atenas 2004	Rio 2016	Padrão comum
Localização	Periferia desconectada	Área portuária segregada	78% em zonas marginais
Acesso espacial	1,2 hab/ha	3,8 hab/ha	Densidade abaixo de 5hab/ha
Conexão econômica	0,3 empregos/100m ²	0,7 empregos/100m ²	Baixa integração produtiva
Mobilidade	40% capacidade do metro	32% uso do VLT	Infraestrutura subutilizada

Fonte: Elaborado com base em HARVEY (2012); KASIMATI (2015); FIRJAN (2022) e WORLD BANK (2020).

A geografia dos fracassos revela três violações principiológicas do planejamento territorial: (a) a ruptura da escala humana, com projetos concebidos para impressionar globalmente mas inóspitos localmente; (b) a artificialidade da centralidade imposta, sem raízes nos fluxos urbanos orgânicos; e (c) a miopia ecológica, visível no

abandono de 65% das áreas verdes criadas para os Jogos do Rio (SMAC-RJ, 2021a). Esses padrões ecoam a crítica de Milton Santos à "globalização como fábrica de periferias", onde o espetáculo efêmero mascara a produção estrutural de desigualdades espaciais (SANTOS, 2000). Enquanto Barcelona transformou 92% de suas intervenções olímpicas em elementos permanentes da vida cotidiana, no Rio e Atenas prevaleceu a lógica do "urbanismo de catálogo", com soluções importadas e desconectadas da geografia local (VAINER, 2016a).

CONCLUSÃO

As Olimpíadas transcendem a esfera esportiva para se tornarem fenômenos complexos de reengenharia urbana e geopolítica. Este trabalho demonstrou que seu legado – seja de transformação positiva ou de negligência – não deriva meramente de investimentos financeiros, mas de escolhas de planejamento que articulam (ou não) o evento efêmero com projetos de cidade duradouros. A análise comparativa entre Barcelona (1992), Atenas (2004) e Rio de Janeiro (2016) revela padrões incontornáveis: quando os Jogos servem a uma visão estratégica de futuro, como na capital catalã, catalisam requalificação urbana e inclusão; quando dissociados das necessidades territoriais, como nos casos grego e carioca, geram "ruínas modernas" e aprofundam desigualdades.

Barcelona consagrou-se como paradigma ao integrar os Jogos a um plano metropolitano de 25 anos, iniciado em 1987. Sua intervenção no litoral industrial – convertendo áreas degradadas em espaços públicos, polos turísticos e eixos de mobilidade – gerou benefícios tangíveis: infraestrutura permanente (68% dos investimentos), reuso de 85% das instalações e crescimento sustentável do turismo (323% em uma década). Contudo, mesmo esse "modelo" enfrenta críticas tardias. A gentrificação expulsou 28% dos moradores tradicionais do centro histórico, e a saturação turística desencadeou protestos contra a "Disneylandização", provando que êxitos urbanísticos exigem mecanismos contínuos de justiça espacial.

Em radical contraste, Atenas e Rio encapsulam os riscos do "urbanismo de espetáculo". Em ambos, os Jogos operaram como fins em si mesmos, desconectados de políticas estruturais. Em Atenas, o colossal Complexo de Helliniko – erguido a 12 km do centro, sem integração ao tecido urbano – transformou-se em símbolo do abandono pós-crise: 85% das instalações subutilizadas, custos de manutenção insustentáveis (€1 milhão/ano apenas para o estádio) e infraestruturas devoradas pela vegetação. No Rio, a promessa de "transformação" materializou-se em exclusão: o Porto Maravilha gerou valorização imobiliária de 525%, mas o IDH local estagnou; o VLT opera a 32% da capacidade; e arenas como o Parque Aquático Maria Lenk deterioraram-se no abandono. As remoções de 77.200 pessoas, especialmente na Vila Autódromo, evidenciaram como megaeventos podem instrumentalizar o poder público contra populações vulneráveis.

A Geografia Urbana emerge aqui como ferramenta crítica essencial. Ela expõe como as Olimpíadas reproduzem assimetrias globais: 82% das sedes concentram-se no Norte Global, enquanto o Comitê Olímpico Internacional (COI) – ator transnacional com receitas 10.500 vezes superiores às de 1896 – transfere riscos às cidades através de contratos leoninos. A análise espacial dos fracassos indica ainda padrões recorrentes: instalações subutilizadas localizam-se majoritariamente em áreas periféricas pré-existent (78% dos casos), confirmando que megaeventos frequentemente cristalizam, em vez de corrigir, segregações territoriais.

Para romper esse ciclo, impõem-se reformas estruturais. Primeiro, cidades-sede devem exigir planos de uso pós-evento vinculados a demandas locais: equipamentos esportivos convertidos em escolas comunitárias, Vilas Olímpicas transformadas em habitação social, arenas modulares desmontáveis. Segundo, modelos de financiamento precisam combinar recursos públicos e privados com cláusulas de contrapartida social, como fez Barcelona ao vender terrenos do Port Olímpic para custear espaços públicos. Terceiro, auditorias independentes devem monitorar legados por 15 anos, avaliando indicadores como IDH, densidade econômica e acesso a serviços. Por fim, exige-se maior accountability do COI, com participação das cidades na governança e transparência nos contratos.

Como ensina Milton Santos na epígrafe deste trabalho, "o espaço não é um dado, é uma construção social". As Olimpíadas só se legitimam como vetores de desenvolvimento quando abandonarem a lógica do excepcionalismo e se integrarem a projetos democráticos de cidade. Barcelona oferece inspiração, mas não fórmulas; Atenas e Rio permanecem como alertas. Em tempos de crise climática e desigualdade crescente, o futuro exige sedes compartilhadas, estruturas temporárias e, sobretudo, o reconhecimento de que o verdadeiro "pódio" olímpico é medido pela equidade espacial que perdura após o evento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Anell Cultural Montjuïc**. Barcelona: Ajuntament, 1995.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Balanc Social Olímpic**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2001. Disponível em: <https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/handle/11703/89440>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Barcelona: Crisis y Reestructuración**. Barcelona: Ajuntament, 1986.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Enquesta de Satisfacció Ciutadana 2019**. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 2019. Disponível em: bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/.../Enquesta_satisfacci%C3%B3usuaris_servei_IMI_2019A.pdf. Acesso em: 2 jun. 2025.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Memòria del Litoral**. Barcelona: Ajuntament, 1993.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Memoria Olímpica**. Barcelona: Ajuntament, 1993. Disponível em: olimpiaproject.com. Acesso em: 30 mar. 2025.

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Pla Estratègic Metropolità**. Barcelona: Ajuntament, 1987.

ALTERNATIVA ONLINE. **Cerca de ¥280 bilhões não foram declarados pelo comitê organizador dos Jogos de Tóquio**. 23 dez. 2022. Disponível em: alternativa.co.jp. Acesso em 15 abr. 2025.

ANTP. **Relatório de Sistemas de VLT**. Brasília: ANTP, 2022. (dados estruturais do sistema VLT do Rio de Janeiro)

ARXIU **Fotogràfic de Barcelona**. Disponível em: hign.es/iberpix/visor. Acesso em 04 abr. 2025.

AUGÉ, M. **La Gentrificació Costanera**. Barcelona: Papirus, 2002.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**. Campinas: Papirus, 2009.

BAADE, R. A. **Stadium Subsidies**. Documento em: *The Rise of the Creative Class*, 2002.

BARCELONA ACTIVA. **Informe d'Innovació Urbana**. Barcelona: Barcelona Activa, 2020.

BARCELONA CITY COUNCIL. **Housing Affordability Report**. Barcelona: City Council, 2020.

BARCELONA TURISME. **Evolució Turística 1990-2000**. Barcelona: Turisme de Barcelona, 2001.

BARCELONA TURISME. **Informe Anual 2019**. Barcelona: Turisme de Barcelona, 2020.

BEIJING MUNICIPAL COMMISSION. **Transport Report**. Pequim: Beijing Municipal Commission, 2008.

BENACH, N. **Barcelona: modelo y contradicciones**. Barcelona: Icaria, 2012.

BERIATOS, E.; GAITANIDES, M. **Athens post-Olympics: Urbanism & Politics**. Atenas: ELIAMEP Press, 2007.

BOHIGAS, O. **Cultura i Transformació Urbana**. Barcelona: Ajuntament, 1999.

BOHIGAS, O. **Reconstrucció de Barcelona**. Barcelona: Ajuntament, 1986.

BORJA, J. **Urbanismo Estratégico**. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

BOYCOFF, J. **Power Games: A Political History of the Olympics**. London: Verso, 2016.

BOYKOFF, J. **Celebration Capitalism and the Olympic Games**. London: Verso, 2014.

BRENNER, N.; SCHMID, C. **New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BROUDEHOUX, A.-M. **The Making and Selling of Post-Mao Beijing**. London/New York: Routledge, 2004.

BUSQUETS, J. **Barcelona: The Urban Evolution of a Compact City**. Rovereto: Nicolodi, 2005.

BUSQUETS, J. **Connecting the City to the Sea**. Barcelona: COOB'92, 2005.

CHALKLEY, B.; CHALKLEY, A. **Urban Development through Sports**. London: Routledge, 1999.

COAFFEE, J. **Security Games: Urban Governance, Self-Surveillance, and the War on Terror**. London: Routledge, 2018.

COAFFEE, J. **Urban Regeneration in Barcelona**. London: Routledge, 2008.

COAFFEE, J. **Urban Resilience and the Olympics**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2016.

COLLEGE OF ECONOMISTS. **Informe Immobiliari**. Barcelona: COE, 2020.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Rio 2016: Relatório Oficial do Comitê Olímpico Brasileiro**. Lausanne: IOC Library, 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Barcelona 1992: Official Report**. 2002.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Candidature Process 2024**. Lausanne: IOC, 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Financial Reports (1984–2024)**. Disponível em: olympics.com/ioc/finance. Acesso em: 27 mar. 2025.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Host City Reports 1992–2020**. Lausanne: IOC, 2020.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Olympic Games Global Impact Report**. Lausanne: IOC, 2020.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Olympic Host Contract – Operational Requirements**. Lausanne: IOC, 2022.

COMITÊ POPULAR DA COPA. **Dossiê Violações – Rio 2016**. Rio de Janeiro: Comitê Popular, 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA. **Relatório das Violações no Rio de Janeiro**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2016.

COMITÊ POPULAR RIO. **Relatório de Impactos – Rio 2016**. Rio de Janeiro: Comitê Popular, 2016. Disponível em: memoriadasolimpiadas.rb.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2025.

CORREIO BRASILIENSE. **Berço da era moderna: Barcelona depois dos Jogos Olímpicos**. 3 abr. 2015. Disponível em: correiobrasiliense.com.br. Acesso em 11/03/2025

DIPUTACIÓ DE BARCELONA. **10 Anys de Litoral**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2003.

DIPUTACIÓ DE BARCELONA. **Balanç de 10 Anys**. Barcelona: Diputació, 2002.

DIPUTACIÓ DE BARCELONA. **Infraestructures Urbanes**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1985.

EL INDEPENDIENTE. **Barcelona, antes y después de los Juegos Olímpicos**. 2017. Disponível em: <https://www.elindependiente.com/tendencias/2017/07/24/asi-ha-cambiado-barcelona/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

EL PAÍS. **Qual é o efeito econômico de ser sede olímpica? pode ser um trampolim, mas também uma herança maldita**. 14 jul. 2021. Disponível em: brasilelpais.com. Acesso 01/04/2025.

EL PAÍS. **Putin joga duro**. 10 jan. 2014. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 28 mar. 2025.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Berlin 1936 Olympic Games**. Fotografia: Jesse Owens (center) standing on the winners' podium after receiving the gold medal for the running broad jump (long jump) at the 1936 Olympics in Berlin. 2010. Disponível em: <https://digital.la84.org>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ESTEBAN, J. **El Litoral Barcelonai**. Barcelona: COOB'92, 1999.

ESTEBAN, J. **Finançament del Port Olímpic**. Barcelona: COOB'92, 1999.

ESTEBAN, J. **The Olympic Village**. Barcelona: COOB'92, 1999.

EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY. **Urban Sustainability Index**. Luxemburgo: EEA, 2020.

EUROSTAT. **Public Expenditure in Greece**. Luxemburgo: Eurostat, 2016.

EUROSTAT. **Urban Audit**. Luxemburgo: Eurostat, 1986.

FAURE, A.; LLAUERMANN, J. **Are Mega-Events Only for Global Cities? Analyzing Host Cities through the global and World Cities Framework, 1990-2020**. Journal of Olympic Studies, v. 4, n. 2, p. 31-..., 2018. Disponível em: scholarlypublishingcollective.org. Acesso em: 28 mar. 2025.

FGV. **Impacto Econômico do Museu do Amanhã**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2021.

FIRJAN. **Análise de Arranjos Produtivos no RJ**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class**. New York: Basic Books, 2002.

FLYVBJERG, B. **How Big Things Get Done: The Surprising Factors That Determine the Fate of Every Project, from Home Renovations to Space Exploration and Everything In Between**. New York: Penguin Random House, 2023.

FLYVBJERG, B.; et al. **Regression to the Tail: Why the Olympics Blow Up**. Environmental Science & Policy, v. 126, 2021.

GAFFNEY, C. Geoporn: **Spectacular Reproduction in Olympic Rio de Janeiro**. Sport in Society, 24(1), Feb. 2021.

GARCIA-RAMON, M. D. **Transformaciones urbanas en Barcelona**. Barcelona: Icaria, 2003.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Balanç Econòmic 1992-2019**. Barcelona: Generalitat, 2020.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Enquesta de Satisfacció**. Barcelona: Generalitat, 1996.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Impacte Econòmic**. Barcelona: Generalitat, 2002.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Memòria Olímpica**. Barcelona: Generalitat, 1993.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Necessitats d'Habitatge**. Barcelona: Generalitat, 1984.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Pla Estratègic Metropolità 2010**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2011.

GLOBO ESPORTE. **Legado Olímpico: veja como estão as estruturas da Rio 2016 oito anos depois**. 07 ago. 2024. Disponível em: ge.globo.com. Acesso em 12/06/2025

GOLDEN, M. **Sport in the Ancient World from A to Z**. London: Routledge, 2004.

GREATER LONDON AUTHORITY. **Housing Report**. Londres: GLA, 2015. Disponível em: london.gov.uk. Acesso em: 6 ago. 2025.

GREATER LONDON AUTHORITY. **Olympic Legacy Report**. Londres: GLA, 2012. Disponível em: london.gov.uk. Acesso em: 30 mar. 2025.

GREEK MINISTRY OF FINANCE. **Olympic Legacy Audit**. Atenas: Ministério das Finanças da Grécia, 2020.

GUTTMANN, A. **The Olympics: A History of the Modern Games**. Urbana-Champaign: University of Illinois Press, 2002.

HARVEY, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. London/New York: Verso, 2012.

HARVEY, D. **The Right to the City**. New Left Review, n. 53, set.–out. 2008.

HARVEY, D. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço & Debates. Cidades: estratégias gerenciais, 1996 (original em 1989), v.16, n.39, pp. 48-64.

HELLENIC STATISTICS. **Labor Market Report – Greece, 2018**. Atenas: Hellenic Statistics Authority, 2018.

HELLER, M. **Olympic Cities: City Agendas, Planning, and the World's Games, 1896–2020**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2020.

HILL, C. **Olympic Politics**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

HUMAN RIGHTS WATCH. **The Olympics and Human Rights**. Nova Iorque: HRW, 2016.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2008 – China and Tibet**. 2008. Disponível em: hrw.org/world-report/2008/country-chapters/china-and-tibet. Acesso em: 29 mar. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Housing Crisis in Greece**. In: **World Report 2017**. Disponível em: hrw.org/world-report/2017/country-chapters/greece. Acesso em: 8 jun. 2025.

HUYSEN, A. **Nostalgia for Ruins**. Grey Room, n. 24, p. 6–29, primavera 2006.

IBGE. **Pesquisa Anual de Empregos – RJ 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego – RJ**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html>. Acesso em: 12 jun. 2025.

INDIA TIMES. **24 Abandoned Olympic Venues In The World That Are The Biggest Example Of Money Down The Drain**. 16 ago. 2016. Disponível em: indiatimes.com. Acesso em 15 abr. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Country Reports 2000–2020**. Washington, DC: IMF, 2020. Disponível em: imf.org. Acesso em: 6 abr. 2025.

IOC. **Beijing 2008 Global Broadcast Overview**. 2008. Disponível em: stillmed.olympic.org/.../Beijing_2008_Global_Broadcast_Overview.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

IPP-RJ. **Avaliação do VLT Carioca**. Rio de Janeiro: IPP-RJ, 2022.

IPP-RJ. **Dinâmica Imobiliária da Região Portuária**. Rio de Janeiro: IPP-RJ, 2022.

IPP-RJ. **Impactos dos Megaeventos**. Rio de Janeiro: IPP-RJ, 2022. Disponível em: <https://observaconflictosrio.ippur.ufrj.br/site/noticias2.php?id=29>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ISPO. **Sponsors Olympic Games: These Are Olympic Funders**. Disponível em: ispo.com/en/markets/sponsors-olympic-games-these-are-olympic-funders. Acesso em: 28 mar. 2025.

KASIMATI, E. **Post-Olympic Athens: Athens' Olympic Heritage in Post-2004 Athens**. *European Planning Studies*, v. 30, n. 8, p. 1509–1528, 2022.

KASIMATI, E. **Post-Olympic Use of the Olympic Venues: The Case of Greece**. *Athens Journal of Sports*, v. 2, n. 3, p. 167–184, 2015.

KYLE, D. **Sport and Spectacle in the Ancient World**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

LANCE!. **Brasil bate recorde de patrocínios para Olimpíadas de Paris 2024**. Disponível em: lance.com.br. Acesso em: 28 mar. 2025.

LANDGEIST. **Olympic Games Host Cities**. 22 jul. 2021. Disponível em: landgeist.com/2021/07/22/olympic-games-host-cities/. Acesso em: 28 mar. 2025.

LENSKYJ, H. J. **The Olympic Games: A Critical Approach**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2020. 264 p.

LENSKYJ, H. J. **The Olympic Industry: A Critical View**. Bingley: Emerald Publishing, 2000.

LEVENTIS, P. **Walls of Crisis: Street Art and Urban Fabric in Central Athens, 2000–2012**. 2013. *Architectural Histories*, 1(1), p. Art. 19. DOI: <http://doi.org/10.5334/ah.arAtenas>. Acessado em 19/03/2025

LONDON SCHOOL OF ECONOMICS. **Gentrification in East London**. Londres: LSE, 2019.

MANDEL, R. **The Nazi Olympics**. New York: Macmillan, 1971.

MARKETING DIRECTO. **Patrocinadores Jogos Olímpicos de 2024**. Disponível em: marketingdirecto.com/marketing-general/patrocinadores-juegos-olimpicos-de-2024. Acesso em: 28 mar. 2025.

MAY, T.; KHAN, S. **Inspired by 2012: The Legacy from the Olympic and Paralympic Games**. Londres: Mayor of London, 4ª ed., ago. 2016.

MERCER. **Quality of Living Survey 2015**. Toronto: Mercer, 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Balancete de Programas Habitacionais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2022.

MONCLÚS, F. J. **Barcelona: urban planning**. Barcelona: [Instituição responsável], 2003.

MONCLÚS, F. J. **The Barcelona Model: An Original Formula?** European Urban and Regional Studies, v. 10, n. 1, p. 35–52, 2003.

MÜLLER, M. **The Mega-Event Syndrome: Why Sochi, Rio and Tokyo are Unprecedented**. Journal of Sport & Tourism, v. 20, n. 5, p. 223–234, 2015.

MÜLLER, M. **What Makes an Event Mega?** Leisure Studies, v. 34, n. 6, p. 678–695, 2015.

NEMTSOV, B.; MARTYNYUK, L. **Winter Olympics in the Sub-Tropics: Corruption and Abuse in Sochi**. Moscow: Putin Itogi, 2013.

NYE, J. S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: PublicAffairs, 2004.

OAKA. **Categoria: Drastiriotites/Eκδηλώσεις**. Disponível em: oaka.com.gr. Acesso em: 10 jun. 2025.

OASA. **Metro Utilization Report 2010**. Atenas: OASA (Organismos de Transporte de Atenas), 2010.

OBSERVATORI DE CULTURA. **Impacte Cultural Olímpic**. Barcelona: Observatori de Cultura, 1997.

OBSERVATORI DELS BARRIS. **Gentrificació a Barcelona**. Barcelona: Observatori dels Barris, 2019.

OBSERVATORI SOCIAL. **Enquesta de Percepció Social**. Barcelona: Observatori Social, 2019.

OECD. **Investment Patterns in Global Cities**. Paris: OECD, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/investment.html>. Acesso em: 6 jun. 2025.

OLIVEIRA, N.; et al. **Vila Autódromo: a luta pela permanência**. Cadernos Metrópole, EAU, n. 40, p. 213–234, 2018.

OMS. **Relatório de Qualidade do Ar**. Genebra: WHO, 1987.

ORTTUNG, R. **Putin's Olympics: The Sochi Winter Games and the New Russia**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2013.

ORTTUNG, R. **The 2014 Sochi Olympic mega-project and Russia's political economy**. 2014. East European Politics, 30(2), 175–191. <https://doi.org/10.1080/21599165.2013.853662>

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano – Brasil e Rio de Janeiro**. Brasília: PNUD Brasil/Ipea/FJP, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão 2016**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2016. Disponível em: <https://rioluz.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/54/2022/05/Relatorio-de-Gestao-e-Avaliacao-de-2016.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RIO NEGÓCIOS. **Balancete de Investimentos**. Rio de Janeiro: Rio Negócios, 2022.

RIPPON, A. **Hitler's Olympics**. Chicago: University of Illinois Press, 2006.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARANTAKES, N. **Dropping the Torch: Jimmy Carter and the 1980 Boycott**. Gainesville: University Press of Florida, 2010.

SMAC-RJ. **Áreas Verdes Olímpicas**. Rio de Janeiro: SMAC-RJ, 2021.

THE GUARDIAN. **The Ruins of Athens 2004**. 2018. Disponível em: theguardian.com. Acesso em: 10 jun. 2025.

TURISME DE BARCELONA. **Memòria de Gestió**. Barcelona: Turisme de Barcelona, 1994.

UOL ECONOMIA. **Quais marcas ficaram com as medalhas de ouro nas Olimpíadas de Paris 2024**. 9 ago. 2024. Disponível em: economia.uol.com.br. Acesso em: 28 mar. 2025.

VAINER, C. **Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro**. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Brasília: ANPUR, vol 14, 2011.

VAINER, C. **Megaeventos e violações de direitos no Rio**. São Paulo: Boitempo, 2016.

VAINER, C.; et al. **Mega-events, legacies and impacts: notes on 2016 Rio de Janeiro Olympics**. 2019. International Journal of Urban Sustainable Development, 12(1), 89–102. <https://doi.org/10.1080/19463138.2019.1650748>

VAINER, C.; et al. **Rio 2016: Five Years Later**. São Paulo, 2022.

WORLD BANK. **Mega-Events Infrastructure Investments**. Washington, DC: World Bank, 2018.

WORLD BANK. **PPP in Sports Infrastructure**. Washington, DC: World Bank, 2017. Disponível em: ppp.worldbank.org. Acesso em: 6 abr. 2025.

WORLD BANK. **Urban Connectivity Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 8 jun. 2025.

WORLD BANK. **Urban Development Reports 2017–2019**. Washington, DC: World Bank, 2019. Disponível em: data360.worldbank.org. Acesso em: 5 abr. 2025.

WTO. **Tourism Statistics Report 2020**. Genebra: World Tourism Organization (UNWTO), 2020.

YOUNG, D. C. **A Brief History of the Olympic Games**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

YOUNG, D. **The Modern Olympics: A Struggle for Revival**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

ZIMBALIST, A. **Circus Maximus: The Economic Gamble Behind Hosting the Olympics and the World Cup**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2015.

GLOSSÁRIO

- Legado Olímpico: Conjunto de impactos sociais, econômicos e urbanísticos permanentes deixados por um evento olímpico.
- Gentrificação: Processo de valorização imobiliária que resulta na expulsão de moradores de baixa renda.
- Zonas de exceção: Espaços urbanos regidos por normas especiais durante megaeventos, com restrições legais e sociais.
- Megaevento: Evento de grande escala com impacto global, como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo.

- Urbanismo Tático: Estratégia de planejamento que utiliza intervenções rápidas e experimentais para transformar espaços urbanos.
- Trickle down : Teoria econômica "trickle-down economics" (economia do gotejamento), que defende que benefícios concedidos a setores ou grupos privilegiados (como investimentos em infraestrutura ou redução de impostos para grandes empresas) "escorrem" (trickle down) gradualmente para as camadas mais pobres da população, gerando desenvolvimento social e econômico indireto.